

Política Ambiental Paulista

Relatório de cumprimento de metas e resultados

1. Novo Modelo de Gestão Ambiental

A Política Ambiental Paulista (PAP), executada desde o início de 2007, investe fortemente na capacidade de gestão, necessária para assegurar qualidade ao desenvolvimento econômico paulista. O fortalecimento da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA) busca tornar efetiva a bandeira da sustentabilidade, com resultados concretos, mensuráveis e com absoluta transparência. Mais que discutir, fazer.

A gestão ambiental eficiente exigiu uma reformulação administrativa da SMA e, simultaneamente, a definição de prioridades de ação, consubstanciada na formulação e execução de 21 Projetos Ambientais Estratégicos. Eles indicam uma radicalização da agenda ambiental no Estado de São Paulo, uma busca pela solução na raiz do problema ecológico.

No campo institucional, duas alterações significativas ocorrem logo no início da gestão do então governador José Serra:

a) a vinculação da agenda azul junto ao sistema estadual de meio ambiente, transferindo-se a Coordenadoria de Recursos Hídricos da área do saneamento e energia para a SMA, favorecendo a integração entre os dois sistemas.

b) a alteração, do Instituto Florestal para a Fundação Florestal, na gestão das Unidades de Conservação (UCs) do Estado. Com a mudança, saindo da administração direta e passando para uma fundação, a política de proteção e uso social das UCs ganhou maior consistência e agilidade.

Tais modificações se reforçam, na sequência, com a reforma administrativa da SMA, expressa no Decreto 53.027/2008, posteriormente aprimorado pelo

Decreto 54.653/2009. Quatro áreas ganharam destaque na nova estrutura de gestão, transformando-se em Coordenadorias: a educação ambiental, o planejamento estratégico, a proteção e recuperação da biodiversidade e os recursos hídricos.

Os Institutos de Pesquisa vinculados à Pasta - Botânico, Geológico e Florestal – reforçaram seu papel fundamental na geração de conhecimento científico, base da gestão dos recursos naturais. Os Institutos de Botânica e o Geológico tiveram suas estruturas reformuladas, pelos Decretos nº 55.165/2009 e nº 55.640/2010, respectivamente. Atualmente está em fase de discussão a proposta de reforma administrativa do Instituto Florestal.

O maior arrojo do novo modelo de gestão erigido na SMA exigiu uma alteração legislativa (Lei 13542/2009), **unificando** o licenciamento ambiental no território paulista na CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Assim, as atribuições de quatro órgãos públicos responsáveis anteriormente por licenças isoladas, quais sejam, o DEPRN, o DUSM, o DAIA e a própria CETESB, passaram a ser exercidas agregadamente na “nova” CETESB.

A unificação do licenciamento ambiental definiu melhor as funções na agenda verde, separando a atividade de licenciamento do trabalho de proteção da biodiversidade, aquele passando para a CETESB, este sendo reforçado na nova Coordenadoria (CBRN).

O novo sistema de gestão ambiental paulista se consolida com a contratação, em maio de 2009, de 300 **especialistas ambientais**, funcionários públicos concursados para ocupar uma nova carreira, com cinco níveis de progressão. Até então, o corpo funcional da Secretaria do Meio Ambiente era composto, em sua maioria, de empregados emprestados da CETESB e da Fundação Florestal, que retornam para seus órgãos de origem, reforçando-os.

Com a reforma administrativa, a Secretaria do Meio Ambiente reforça sua função como órgão central, formulador e normatizante das políticas públicas de meio ambiente, cabendo à CETESB e à Fundação Florestal as funções de execução dentro do sistema estadual. Complementarmente, no âmbito da

fiscalização, a **Polícia Militar Ambiental** exerce seu papel preventivo e repressivo contra os crimes ambientais, contando com um extraordinário efetivo de 2.200 policiais militares.

A reforma administrativa da SMA criou, de forma inédita no aparelho do estado, uma **Corregedoria Administrativa**, regulamentada pelas Resoluções SMA 13/2009 e 39/2009, com atribuições de fiscalizar e orientar a conduta e as atividades funcionais de seus servidores, orientada pelos princípios da moralidade, transparência, eficiência e excelência de gestão.

Após 26 anos de funcionamento provisório, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) foi instituído formalmente pela Lei 13.507/2009, regulamentado pelo Decreto 55.087/2009, transformando-se em um órgão normativo e recursal do Sistema Estadual de Meio Ambiente. Podendo agora instalar Câmaras Regionais junto às bacias hidrográficas do estado, facilita a participação da sociedade civil e dos poderes locais nos processos de decisão da política paulista de meio ambiente. A apreciação de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e seus respectivos Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) é mantido como atribuição do CONSEMA apenas naqueles casos de empreendimentos de elevado interesse público, requerido pela maioria de seus membros.

2. Os Projetos Ambientais Estratégicos

A Política Ambiental Paulista se efetiva com a formulação dos Projetos Ambientais Estratégicos, estabelecendo um modelo organizacional de natureza matricial, integrando as várias áreas de atuação da SMA. Cada um dos projetos conta com uma **gerência** específica, define objetivos e metas quantificáveis e verificáveis, contando com **orçamento** próprio, vinculado ao cronograma de atuação. Uma assessoria de gestão estratégica, ligada diretamente ao Secretário da Pasta, acompanha o desenvolvimento dos trabalhos.

Foram definidos 21 Projetos Ambientais Estratégicos, arrolados a seguir:

1. Aquíferos
2. Cenários Ambientais 2020
3. Cobrança pelo Uso da Água
4. Criança Ecológica
5. Desmatamento Zero
6. Ecoturismo
7. Esgoto Tratado
8. Etanol Verde
9. Fauna Silvestre
10. Gestão de Unidades de Conservação
11. Licenciamento Unificado
12. Lixo Mínimo
13. Mananciais: Guarapiranga, Billings e Cantareira
14. Mata Ciliar
15. Município VerdeAzul
16. Onda Limpa
17. Pesquisa Ambiental
18. Reforma Administrativa
19. Respira São Paulo
20. São Paulo Amigo da Amazônia

21. Serra do Mar.

A implementação dos projetos, além dos órgãos da SMA, busca a colaboração, de forma descentralizada e co-responsável, dos municípios, de outros órgãos públicos, da Assembléia Legislativa, das entidades ambientalistas, da iniciativa privada e de representativas da sociedade civil.

Este Relatório, detalhado na sequência, apresentará as justificativas e os objetivos da cada um dos 21 PAEs, verificando seu cumprimento de metas e sua apresentação de resultados concretos.

1 – Aquíferos

Justificativa

No Estado de São Paulo os recursos hídricos subterrâneos são encontrados em 11 sistemas aquíferos principais, constituindo um grande potencial para suprir as necessidades de água com boa qualidade.

Cerca de dois terços do território paulista apresenta um alto potencial explorável de água subterrânea, que vem adquirindo um crescente valor econômico e aproximadamente 80% dos municípios paulistas são total ou parcialmente abastecidos por água subterrânea. Uma população superior a 5,5 milhões de pessoas é atendida pelas águas subterrâneas.

A proteção dos Aquíferos demanda estudos e ações preventivas, corretivas e reguladoras de maneira a permitir a utilização e a proteção dos Recursos Hídricos Subterrâneos.

Objetivo

O projeto tem o objetivo de promover a proteção dos aquíferos do Estado de São Paulo identificando as áreas críticas e sensíveis em termos de qualidade e quantidade.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Elaborar e implementar instrumentos e procedimentos para gestão, utilização e proteção das águas subterrâneas;
2. Criar procedimentos e normas para cadastro de empresas de perfuração de poços;
3. Integrar a rede de monitoramento da qualidade e quantidade das águas subterrâneas;
4. Executar ações de educação ambiental.

Ações Realizadas

1. Difusão do conhecimento sobre as águas subterrâneas do Estado de São Paulo com a publicação de:
 - 1º volume da Série “Cadernos de Educação Ambiental: As Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo”;
 - Caderno “Projeto Jurubatuba: restrição e controle de uso de água subterrânea”;
 - Revisão e reedição da cartilha “Águas Subterrâneas: Um valioso recurso que requer proteção” em parceria com o DAEE;
 - Reedição do “Manual de Operação e Manutenção de Poços”, em parceria com o DAEE;
 - Publicação do DVD com as ações realizadas pelo Estado de São Paulo no desenvolvimento do “Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani” do Banco Mundial;

- Elaboração de uma série de marcadores de página sobre os Aquíferos do Estado de São Paulo.

2. Implementação da rede de monitoramento integrada de qualidade e quantidade das águas subterrâneas, realizada em conjunto entre a CETESB e o DAEE. Neste primeiro momento foram instalados 20 poços de monitoramento, localizados nos aquíferos Guarani e Bauru, visando subsidiar a gestão dos recursos hídricos nas ações de prevenção e controle da poluição do solo e água subterrânea. Para a perfuração de novos poços, está em fase de estudo a análise de locais adequados e viáveis.

3. Proposição de norma para áreas de alta vulnerabilidade de aquíferos à poluição, com a proposição de diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos nas áreas potencialmente críticas, pela Resolução SMA 14/2010.

4. Proposição do Anteprojeto de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais – APRM do Aquífero Guarani, uma vez que a área de afloramento deste aquífero no Estado de São Paulo se caracteriza como manancial de interesse regional, determinando a elaboração desta lei. A proposta está em análise no âmbito do Sistema de Meio Ambiente e deverá ser discutida no Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

5. Realização de cursos para capacitação de agentes técnicos envolvidos na gestão de recursos hídricos subterrâneos: “As águas subterrâneas no Estado de São Paulo: características e proteção” para um total de 15 bacias.

Resultados obtidos e esperados

a. Este projeto teve importantes avanços ao promover ações de educação ambiental e de capacitação, bem como permitir o monitoramento integrado de qualidade e quantidade das águas subterrâneas e a elaboração de instrumentos de gestão.

b. Como meta pendente do projeto está o cadastro de empresas perfuradoras de poços, já elaborado, mas que ainda não foi instituído. Sua aplicação depende da integração da outorga com a gestão dos recursos hídricos no âmbito do Sistema de Meio Ambiente.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	200.000,00	169.289,00
2009	80.000,00	75.922,00
2010	80.000,00	

2 - Cenários Ambientais 2020

Justificativa

Os cenários traçados apontam o crescimento desordenado da população, o conflito pelo uso dos recursos hídricos e o caos no transporte urbano. Para que isto não ocorra, são necessárias medidas de planejamento e proposição de políticas.

A prospecção de cenários ambientais futuros possibilita a identificação do melhor cenário possível de se alcançar considerando-se as condições sociais, políticas e econômicas do Estado de São Paulo no ano de 2020 e a trajetória das variáveis ambientais que se aproximam do cenário ideal.

O exercício de prospectar o futuro é fundamental para se antecipar as soluções ou até mesmo se evitar os futuros problemas, que em grande parte, são consequência das decisões tomadas hoje.

Objetivo

Este projeto tem como objetivo a elaboração de propostas de políticas públicas, a partir da construção de Cenários Ambientais para o ano de 2020, resultantes do

comportamento das variáveis: população, urbanização e principais atividades econômicas, que utilizam recursos naturais e/ou desenvolvem atividades potencialmente poluidoras sobre os recursos hídricos, ar, biodiversidade, recursos naturais e resíduos sólidos. A influência do aquecimento global sobre o meio ambiente no Estado de São Paulo é um tema tratado neste projeto.

Meta a serem cumpridas até dezembro de 2009

Prospectar cenários para o ano de 2020, estabelecendo a relação entre os principais agentes, atividades e variáveis ambientais.

Ações realizadas

1. Elaboração e disponibilização da pesquisa Web Delphi¹, para 5.100 participantes, que colaboraram e opinaram sobre os cenários do ano de 2020.
2. Apresentação do relatório final com o diagnóstico ambiental, os Cenários de Referência, Ideal e Alvo para 2020 e cerca de 90 propostas de Políticas Públicas.

Resultados obtidos e esperados

a. O principal avanço do projeto foi o envolvimento de especialistas, de diversos segmentos da sociedade e, principalmente, de outras secretarias de Estado no processo de elaboração do diagnóstico, definição de prioridades e da proposição das políticas públicas, o que deverá influenciar o Plano Plurianual da próxima gestão.

¹ O Método Delphi foi desenvolvido pela Rand Corporation, com sede em Santa Mônica, Califórnia, nos Estados Unidos da América, durante a década de 1950, que consiste na organização de um grupo de peritos que são consultados sobre uma série de questões, que serão respondidas de modo intuitivo.

b. Como ações a serem realizadas, está a proposição de um roteiro do processo de implementação das políticas públicas propostas e a elaboração de cenários ambientais regionais.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	478.552,00	405.507,00
2009	424.542,00	424.542,00
2010	-	

3 - Cobrança pelo Uso da Água

Justificativa

A cobrança pelo uso da água é entendida como uma forma de conscientizar o usuário e de estabelecer controle sobre os excessos ou desperdícios, de modo a promover a otimização do uso, contribuindo para o investimento na gestão dos recursos hídricos. Com a implantação da cobrança, é possível reconhecer a água como bem público de valor econômico, de modo a permitir que cada usuário avalie melhor o uso que faz dela.

A cobrança pelo uso da água foi instituída pela Lei 12.183/2005, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 55.667/2006, definindo os procedimentos e condicionantes para a fixação dos limites na utilização dos recursos hídricos e valores a serem cobrados.

A cobrança total é calculada através da soma do volume de água captado, do volume de água consumido (não devolvido) e da carga de poluentes lançados nos corpos d'água. A Lei estabelece que os investimentos dos recursos financeiros devem estar vinculados à bacia hidrográfica em que forem arrecadados, devendo ser aplicados em planos, projetos e obras que tenham por objetivo gerenciar, controlar, fiscalizar e recuperar os recursos hídricos.

Objetivo

Este projeto visa incentivar o uso racional e sustentável da água, utilizando a cobrança como instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos, associando a destinação dos recursos arrecadados para o gerenciamento hídrico e solução dos problemas de cada bacia hidrográfica.

Meta a ser cumprida até dezembro de 2010

Iniciar a cobrança em 14 dos 21 comitês de bacias hidrográficas.

Ações realizadas

1. Desenvolvimento da metodologia – “9 passos para a implementação da Cobrança pelo Uso da Água”, disponível em CD-ROM, integrada a realização de treinamentos dos Secretários Executivos para a execução de cada uma das etapas.
2. Articulação institucional entre DAEE, órgão responsável pela outorga e emissão dos boletos da cobrança, e CETESB, responsável pelos dados relativos à carga poluidora, de forma a esclarecer o fluxo entre os órgãos e os comitês de bacias hidrográficas.
3. Elaboração da minuta de decreto que institui a cobrança pelo uso da água pelos usuários rurais (usuários dos setores agrícola, pecuária, agricultura e produção florestal), aprovada no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e que aguarda análise na Casa Civil.

Resultados Obtidos e Esperados

- a. A cobrança pelo uso da água é um dos instrumentos mais complexos do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, exigindo base de dados organizada, mobilização da sociedade, capacidade de negociação com usuários e integração

institucional. Estes pré-requisitos exigem tempo e maturidade para o desenvolvimento das tarefas requeridas.

b. Duas bacias hidrográficas iniciaram a cobrança pelo uso da água: Piracicaba, Capivari e Jundaí (PCJ) e Paraíba do Sul (PS).

c. A Bacia dos Rios Sorocaba e Médio Tietê teve a cobrança aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 2008, com o lançamento do ato convocatório para os usuários checarem os valores que serão cobrados e a emissão dos boletos, que deve ocorrer até julho de 2010, sendo estimada a arrecadação de R\$ 11 milhões ao ano. Os valores a serem cobrados para captação, consumo e lançamento foram aprovados e fixados no Decreto Estadual nº 55.008/2009.

d. Foram aprovados no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em dezembro de 2009, os mecanismos e valores da cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas do Alto Tietê, Baixada Santista, Baixo Tietê e Tietê-Jacaré. O Comitê do Baixo Tietê iniciará a emissão dos boletos ainda em 2010 e os demais em 2011.

e. Em 2010 está prevista a aprovação no Conselho Estadual de Recursos Hídricos da cobrança nos seguintes Comitês: Litoral Norte, Mogi-Guaçu, Ribeira do Iguape / Litoral Sul, São José dos Dourados, Mantiqueira, Pardo, Baixo Pardo/Grande, Sapucaí/Grande, Tietê Batalha, Turvo Grande e Pontal do Paranapanema, totalizando 18 bacias com cobrança pelo uso da água.

f. Ficarão pendentes três bacias que não aprovarão a cobrança pelo uso da água até dezembro de 2010: Alto Paranapanema, Médio Paranapanema e Aguapeí/Peixe, previstos para 2011.

Execução orçamentária

Arrecadação, por ano, e a previsão para 2010 dos recursos da cobrança pelo uso da água no PCJ e no PS.

Paulista	PCJ		PS	
	Previsto	Arrecadado	Previsto	Arrecadado
2007	11.255.261,61	8.761.303,98	2.200.000,00	1.854.576,10
2008	12.829.050,81	12.595.098,79	2.300.000,00	2.495.487,16
2009	15.000.000,00	15.584.099,46	2.500.000,00	2.627.563,15
2010	18.750.000,00	-	3.125.000,00	-

Fonte: Conselho de Recursos Hídricos

4 - Criança Ecológica

Justificativa

A educação ambiental é entendida como um instrumento que permite a transformação no modo de vida da civilização humana, capaz de construir um modelo sustentável de desenvolvimento.

Visando a disseminação da informação, a educação ambiental caracteriza-se como um processo pedagógico e participativo, no sentido de inspirar consciência crítica sobre a problemática ambiental.

A criança, que é estimulada a ter atitudes diferentes em relação ao meio ambiente, torna-se um agente de mudanças, um educador ambiental. A criança ecológica muda a si mesma e procura, por meio de boas práticas, mudar outras pessoas, melhorando, assim, a qualidade de vida do ser humano.

Objetivo

Este projeto, a partir de 2009, passou a compor a agenda ambiental da Secretaria, tendo como objetivo informar e sensibilizar as crianças do Ensino Fundamental I sobre os conceitos básicos da agenda ambiental, visando a mudança de comportamento e a afirmação das novas atitudes, tornando-os verdadeiros agentes da sociedade sustentável.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2009

1. Inaugurar 34 espaços pedagógicos;
2. Envolver 60.000 estudantes;
3. Distribuir 150.000 livros “Criança Ecológica – Sou Desta Turma” na rede pública de ensino;
4. Ter a adesão de 200 municípios;
5. Distribuir 9.000 Guias de orientação a professores da rede pública de ensino, para implantação do Criança Ecológica.

Ações realizadas

1. Publicação do Livro “Criança Ecológica – Sou dessa Turma”, que conta com diversos personagens, dentre eles: o Bob Água, Fred Fauno, Max Limpo, Nika Valente, Frida Flor.
2. Distribuição do Livro “Criança Ecológica – Sou dessa Turma” para 128.023 crianças.
3. Implantação de locais pedagogicamente preparados para receber excursões de alunos que aprendem brincando. Ao total foram inaugurados 25 espaços pedagógicos: Villa Ambiental no Parque Villa Lobos; Bicho Legal no Parque Zoológico em São Paulo; Água Amiga no Parque Guarapiranga em São Paulo; Verde Vivo no Jardim Botânico; Floresta Legal na Estação Experimental de Bauru; Floresta Legal no Parque Estadual do Morro do Diabo; Floresta Legal na Florestal Estadual de Bebedouro; Floresta Legal na Florestal Estadual Edmundo Navarro de Andrade, em Rio Claro; Floresta Legal no Parque Estadual Campina do Encantado; Floresta Legal no Parque Estadual Campos do Jordão; Floresta Legal no Parque Estadual Carlos Botelho; Floresta Legal no Parque Estadual de Vassununga; Floresta Legal no Parque Estadual Porto Ferreira; Floresta Legal na Floresta Estadual de Assis; Floresta Legal no Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleos Caraguatatuba, Santa Virgínia, Cunha e Itutinga Pilões; Floresta Legal

na Estação Ecológica de Paranapanema; Floresta Legal no Parque Estadual da Cantareira – Núcleos Engordador, Cabuçu e Pedra Grande; Floresta Legal no Parque Estadual do Jaraguá; Floresta Legal na Floresta Estadual de Avaré e Floresta Legal na Estação Experimental de Itapetininga.

Para 2010 está previsto o aprimoramento no atendimento dos espaços existentes.

4. Elaboração do Guia de Orientação do Professor e distribuição para 5.365 professores da rede pública de ensino.

5. Capacitação de 3.500 professores da rede pública municipal em sete encontros regionais em 2009. Outros 1.080 professores participaram da Capacitação de Educadores na Agenda Ambiental.

6. Criação e apresentação do Teatro Criança Ecológica, com a Turma do Projeto, que fez 42 apresentações em diversos municípios, sendo possível reunir mais de 30.000 crianças.

7. Instituição do Programa Estadual de Educação Ambiental pelo Decreto Estadual nº 55.385/2010.

Resultados obtidos e esperados

a. O Projeto Criança Ecológica avançou na instrumentalização de técnicas e práticas adequadas a criança ecológica. Sua capacidade de mobilização de crianças, professores e municípios ultrapassou a meta esperada.

b. Desde que o projeto foi lançado, 25.807 crianças já frequentaram os espaços pedagógicos, originárias de 913 escolas de 155 municípios.

c. Ao total, 565 municípios aderiram ao Projeto Criança Ecológica.

d. Em 2010 haverá a continuidade dos cursos regionais e das apresentações do Teatro Criança Ecológica.

e. Espera-se também a instituição dos Espaços Pedagógicos como Lugares de Aprender, áreas reconhecidas pela Secretaria de Estado da Educação para excursões de seus alunos.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	-	381.479,00
2009	-	387.315,00
2010	350.000,00	-

* A inexistência da dotação orçamentária nos anos de 2008 e 2009 é decorrente do período em que foi lançado o Projeto, posteriormente a elaboração do PPA e dos orçamentos destes anos.

5 - Desmatamento Zero

Justificativa

Os remanescentes de vegetação existentes são imprescindíveis para a conservação da biodiversidade, mas além de serem poucos os fragmentos de vegetação nativa remanescentes, tais áreas sofrem pressões tanto por atividades rurais quanto pela expansão urbana. A distribuição dos remanescentes se dá de maneira heterogênea, ocorrendo uma concentração maior na escarpa Atlântica e fragmentos remanescentes dispersos no restante do território.

Em São Paulo ocorrem dois tipos de vegetação: a floresta e o cerrado. Para o primeiro tipo há basicamente duas categorias, aquela que ocorre na Serra do Mar e Vale do Ribeira, com árvores de grande porte, onde chove muito e por isto a vegetação está sempre verde, já que suas folhas não caem; e a outra, que é a que se pode observar na paisagem do interior, também com árvores de grande porte, mas onde, na estação seca, as folhas caem. O cerrado é mais comum no interior e pode ser identificado por árvores e arbustos de casca grossa, troncos tortuosos e folhas duras.

No início da gestão verificou-se que a supressão de vegetação autorizada no ano de 2006 foi de 6.268 hectares, além da área de 3.889 autuados pela Polícia Militar Ambiental.

Garantir a existência dos remanescentes do Estado era necessário, associada ao aumento da fiscalização e ao aprimoramento dos instrumentos normativos.

Objetivo

Com os objetivos de instituir uma moratória para o desmatamento; tornar mais rigoroso o licenciamento e mais efetivas as medidas mitigadoras; aprimorar as ações de fiscalização da Polícia Ambiental e a punição dos crimes ambientais para garantir a conservação da biodiversidade, o projeto se destacou na proposição de novas normas para a atuação do Sistema de Meio Ambiente.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2009

1. Aplicar restrição à concessão de autorizações para supressão de vegetação nativa nos processos de licenciamento;
2. Promover programa de georreferenciamento das reservas legais averbadas em processo de licenciamento;
3. Aprimorar os critérios para o licenciamento e para a determinação de medidas compensatórias e mitigadoras.

Ações realizadas

1. Criação de uma nova sistemática de fiscalização do órgão licenciador em parceria com a Polícia Ambiental.
2. Instituição de procedimentos e normas de licenciamento para supressão de vegetação nativa:
 - Proposição pelo Executivo, e aprovado pela Assembléia Legislativa, da Lei Estadual nº 13.550/2009, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado de São Paulo, sendo a primeira norma do gênero no país, mesmo sendo um bioma crítico no Brasil;
 - Regulamentação da Lei Estadual nº 13.550/2009 de proteção do Bioma Cerrado pela Resolução SMA 64/2009, que dispõe sobre o detalhamento das fisionomias da Vegetação de Cerrado e de seus estágios de regeneração e a Resolução SMA

04/2010, que dispõe sobre a criação do colegiado para análise do licenciamento ambiental que envolve supressão no Bioma Cerrado nos casos em que especifica;

- Resoluções SMA 86/2009, que dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa na área rural no Estado de São Paulo;

- Resoluções SMA 31/2009, que dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo ou qualquer edificação em área urbana;

- Resolução SMA – 58/2009, que estabelece procedimentos de publicidade para emissão de licença, alvará e autorização de supressão de vegetação ou de intervenção em área especialmente protegida.

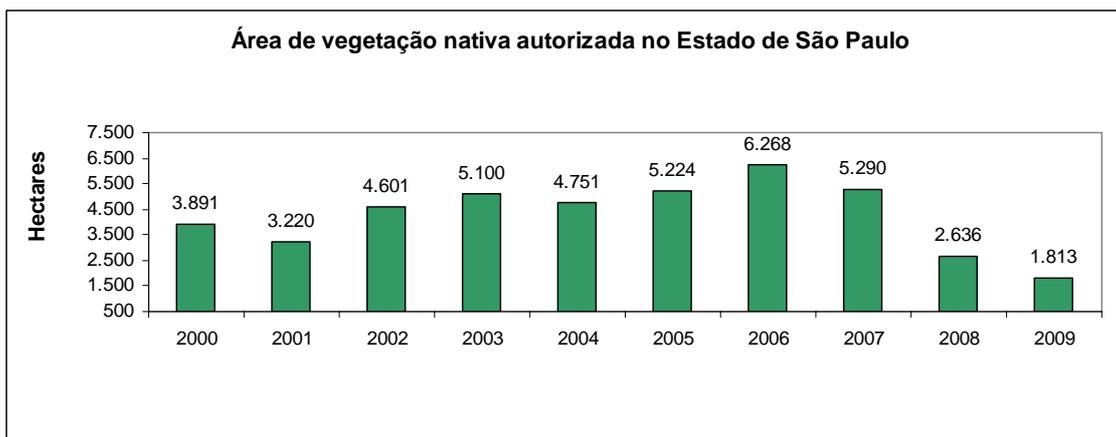
3. Início do georreferenciamento das reservas legais averbadas em processo de licenciamento.

4. Fiscalização de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental, que significa o compromisso do empreendedor em compensar, com novos plantios, as áreas autorizadas para supressão, nas Operações Primavera e Outono.

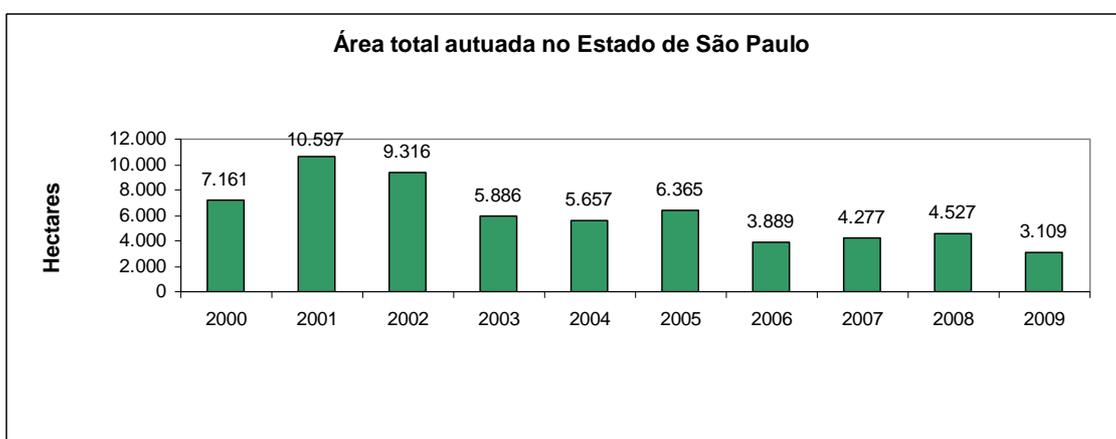
Resultados obtidos e esperados

a. Em três Operações realizadas nos anos de 2008 e 2009 para verificação de plantios compromissados no licenciamento foram verificaram o cumprimento de 6.862 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs) em 16 mil hectares. Verificou-se que 44% dos termos foram estabelecidos efetivamente pelos empreendedores, significando um plantio total de 8.723.800 mudas. A maioria dos plantios foi estabelecida em Área de Preservação Permanente.

b. Redução da área com vegetação nativa autorizada e queda na área autuada pela Polícia Militar Ambiental, conforme é apontado nos gráficos abaixo.



Fonte: CETESB/DEPRN



Fonte: Polícia Ambiental

c. Redução da área total desmatada.

O total da área efetivamente desmatada no estado é calculado considerando a área autuada pela Polícia Ambiental somados aos números de vegetação nativa autorizada em estágio secundário médio e avançado. Deste modo, verificou-se, em 2009, um total desmatado de 3.206 hectares, 30% menor do que observado em 2008, com 4.743 hectares.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	5.995.344,00	4.933.925,72
2009	5.336.402,00	4.823.778,32
2010	3.190.301,00	-

6 - Ecoturismo

Justificativa

O ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Some-se a isto o fato do turismo ser classificado como um dos cinco principais itens geradores de receita na economia mundial, de acordo com a OMT (Organização Mundial do Turismo), sendo responsável por 9% do PIB mundial, considerando os seus impactos indiretos. A cada dez empregos gerados, um é na atividade turística.

Complementarmente, verifica-se que o Estado de São Paulo é o maior pólo emissor de turistas no Brasil, e um dos maiores receptores do mundo, mas em sua maioria, para negócios.

Com um grande potencial, possibilidade de geração de empregos, desenvolvimento de ações de educação ambiental, o ecoturismo demonstra ser uma importante atividade para o desenvolvimento local que deve ser associada, necessariamente, com a conservação dos recursos naturais.

Objetivo

O Projeto Ecoturismo visa estimular o aproveitamento turístico dos parques estaduais, especialmente na Mata Atlântica, consolidando a vocação do turismo sustentável na área de influência dos parques estaduais, envolvendo a população na preservação do meio ambiente, por meio da educação ambiental.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Executar o Plano de Trabalho do Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - Projeto Ecoturismo na Mata Atlântica, envolvendo seis unidades de conservação: os parques estaduais de Carlos Botelho, Ilha do Cardoso, Intervales, Caverna do Diabo, Ilhabela e Turístico do Alto Ribeira (Petar), num montante total de R\$ 30 milhões;
2. Estruturar e fortalecer a gestão pública para o ecoturismo nas unidades de conservação administradas pela SMA.

Ações realizadas

1. Criação da gerência de ecoturismo na Fundação Florestal, tendo o ecoturismo como uma atividade transversal da gestão das diferentes unidades de conservação.
2. Execução do Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – Ecoturismo na Mata Atlântica, com o comprometimento de 90% dos recursos e implementação de:
 - Áreas com infraestrutura (loja, restaurante, auditório, centro de interação ambiental e mirante) no Petar, com a terceirização de serviços públicos para comunidades locais;
 - Entrega do centro de visitantes e início da implantação do projeto de iluminação da Caverna do Diabo;
 - Realização de capacitações das comunidades, empresários e agentes municipais sobre ecoturismo;
 - Lançamento de uma Política de Voluntariado em Unidades de Conservação;
 - Proposição de uma Política Tarifária;
 - Elaboração de um Plano de Marketing do Ecoturismo na Mata Atlântica;
 - Início da implantação da Trilha do *Continuum*, com 215 km.

3. Regulamentação das estradas-parque, normatizando as estradas que cortam unidades de conservação de proteção integral, seguindo critérios ambientais, pelo Decreto nº 53.146/2008, e implantação da estrada-parque no Parque Estadual Morro do Diabo. Os planos de implantação e operação da estrada-parque de Castelhanos, no trecho inserido no Parque Estadual de Ilhabela, foram instituídos pela Resolução Conjunta SMA/ST nº04/2010 e as obras deverão ser finalizadas até o final de 2010.
4. Normatização de procedimentos administrativos de gestão e fiscalização do uso público nas unidades de conservação de proteção integral, pela Resolução SMA 59/2008, determinando como princípios a compatibilização do uso público com a proteção dos recursos naturais e os processos ecológicos inseridos nas unidades de conservação; com estímulo à participação comunitária de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais, sempre respeitando a legislação vigente.
5. Criação e implantação do “Trilhas de São Paulo”, com a divulgação de 41 trilhas em 19 unidades de conservação, associado a criação de um Passaporte, que quando completado, resulta em prêmios para seu portador.
6. A ampliação do “Trilhas de São Paulo” com o lançamento do Passaporte Azul, no qual estão listados oito roteiros de mergulho, em cinco áreas marinhas protegidas no Litoral do Estado. Mais do que explorar as riquezas do mar, estes roteiros permitem entender melhor a vida marinha e o seu entorno e as comunidades caiçaras que ali vivem e mantêm vivas as tradições culturais.
7. Realização de diversas parcerias, entre elas: a) Secretaria de Estado de Turismo, b) ABETA - Associação Brasileira de Turismo de Aventura e Ecoturismo e c) Instituto Ilhabela Sustentável, d) WWF-Brasil.
8. Elaboração de 37 Planos Emergenciais de Uso Público para as Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Resultados obtidos e esperados

a. O projeto deu início à atuação do Sistema do Meio Ambiente no fomento ao ecoturismo, com importantes instrumentos de conservação ambiental, promoção do desenvolvimento local e da educação ambiental, tendo como mote: “Conhecer para Conservar”.

b. Até o final de 2010 serão entregues um restaurante no Parque Caverna do Diabo, uma pousada no Parque de Intervales, um restaurante e uma pousada no Parque Carlos Botelho, um restaurante, uma pousada e uma trilha suspensa no mangue no Parque Ilha do Cardoso e a iluminação da Caverna do Diabo.

c. Além da estrada que corta o Parque Estadual Morro do Diabo, já implantada, até dezembro de 2010 as estradas da Serra da Macaca, no Parque Estadual Carlos Botelho, serão regularizadas de acordo com as normas de estradas-parque.

d. Desde agosto de 2008, data de lançamento do “Trilhas de São Paulo”, já foram vendidos mais de 6.908 passaportes, hoje também disponível para venda pela internet, pelo site da Secretaria do Meio Ambiente e da Fundação Florestal.

e. Em 2009 foram aplicadas 1.612 pesquisas em todas as UCs participantes do “Trilhas de São Paulo”, para saber o perfil e o grau de satisfação que o visitante teve ao fazê-las. Foi constatado que o grande pólo emissor de visitantes é o Estado de São Paulo, que contabiliza 90% dos visitantes. Os 10% restantes são provenientes de outros estados e países. Observou-se que todas as faixas etárias visitam os parques. O principal motivo da viagem é a busca por lazer, totalizando 74%. Porém, 13% correspondem à procura de eventos, 5%, para pesquisas e outros 3% para negócios.

Do total de entrevistados, 33% souberam do “Trilhas de São Paulo” através de amigos e parentes; 31% outras fontes; 17% através do passaporte trilhas; e 6% no site do trilhas. Os visitantes apontaram como pontos fortes a atratividade do patrimônio natural (23%); estado de conservação do patrimônio natural (16%); monitores (12%); recepção e atendimento (10%) e atratividade do patrimônio cultural (8%). Como pontos fracos foram apontados: divulgação (22%);

lanchonete (19%); acesso (14%) e sinalização (9%), processos que estão em fase de aprimoramento para o melhor atendimento ao público.

f. De 2006 a 2009 o número de monitores foi ampliado de 11 para 151, atendendo 35 novas unidades de conservação. Em quilômetros, as trilhas implantadas passaram de 536 km para 1.073 km.

g. O total investido, neste período, aumentou de R\$ 504 mil para R\$ 3,96 milhões. Com isto, verificou-se que o número de visitantes cresceu de 1,12 milhão em 2006 para 1,5 milhão em 2009.

Execução orçamentária

	Projeto BID Ecoturismo na Mata Atlântica		Trilhas de São Paulo	
Ano	Dotação Anual	Total Executado	Dotação Anual	Total Executado
2008	19.266.500,00	3.374.424,00	696.832,00	425.168,00
2009	17.354.394,00	6.645.757,00	231.840,00	205.617,00
2010	16.466.375,00	-	-	-

7 - Esgoto Tratado

Justificativa

Um dos maiores responsáveis pela poluição dos rios é o lançamento de esgotos "in natura", sendo de fundamental importância que os municípios tratem os esgotos domésticos, visando à proteção dos recursos hídricos.

No início de 2007, a carga orgânica oriunda dos esgotos domésticos municipais, despejada nos corpos d'água, apresentava um quadro inaceitável. Dos 367 municípios operados pela Sabesp, 94 não tratavam os esgotos. Outras 155 cidades, com sistemas autônomos de coleta e tratamento, também nada faziam.

Objetivo

Este projeto tem como principal questão a proteção dos recursos hídricos da carga de esgotos domésticos, assegurando melhor qualidade para o uso da água, trabalhando em parceria com a Sabesp e os serviços autônomos.

Meta a ser cumprida até dezembro de 2010

Fomentar e fiscalizar para que todos os municípios tenham os serviços de coleta e tratamento de esgoto domésticos efetuados ou contratados.

Ações realizadas

1. Aumento do rigor, principalmente para os casos mais críticos, criando uma sinergia com os municípios e com a Sabesp, objetivando melhorar a qualidade das águas no Estado de São Paulo.
2. Elaboração do índice ICTEM – Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana do Município para acompanhar o avanço nos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, bem como a eficiência de remoção da carga orgânica.

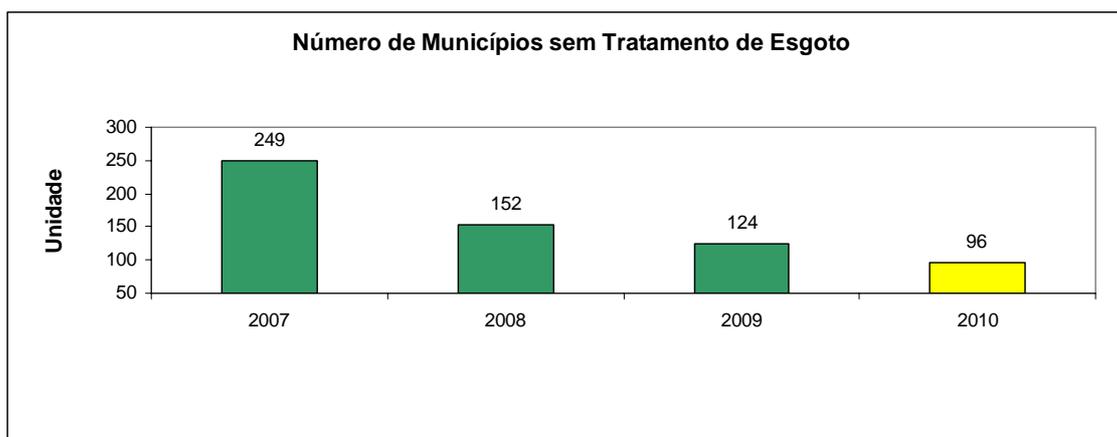
Resultados obtidos e esperados

- a. Trata-se de um projeto de menor governabilidade do Sistema Ambiental, que depende diretamente da ação de outros entes.
- b. Já são verificados resultados positivos, apesar de ainda serem necessários maiores esforços.

Em março de 2008 verificou-se que o ICTEM médio do Estado de São Paulo era 3,5, numa escala de 0 a 10, melhorando para 4,4 em dezembro de 2008. O ano de 2009 foi finalizado com nota 4,9.

Em 2010 o ICTEM médio deve atingir 5,3.

c. A evolução dos municípios sem tratamento de esgoto é demonstrada abaixo.



Fonte: CETESB

Para o ano de 2010 trata-se de uma estimativa.

Verifica-se atualmente que 124 municípios estão pendentes com seus sistemas de tratamento de esgoto, sendo que 20 serão implantados até julho de 2010; 53 não possuem previsão de investimento; e os demais estão com cronograma de obras em execução.

Execução orçamentária: Não há previsão orçamentária

8- Etanol Verde

Justificativa

A cana-de-açúcar ocupava, no território paulista, uma área próxima de 3,2 milhões de hectares, até 2005, quando os investimentos no setor se multiplicaram fortemente, principalmente em função da importância do álcool como combustível. Em 2007, a área cultivada cresceu para 4,2 milhões de hectares, estimando-se um plantio de 5,2 milhões de hectares até 2010.

A produção de etanol se expandiu, de maneira geral, com condições degradantes de trabalho e causando prejuízos ao meio ambiente, como poluição do lençol

freático, emissão de poluentes com a queima da cana-de-açúcar e desmatamento de reservas florestais.

São Paulo decidiu liderar o processo de produção de etanol de forma adequada a proteção do meio ambiente.

Objetivo

Tem como objetivo estimular a produção sustentável de etanol, respeitando os recursos naturais, controlando a poluição, com responsabilidade socioambiental em parceria com o setor sucroenergético.

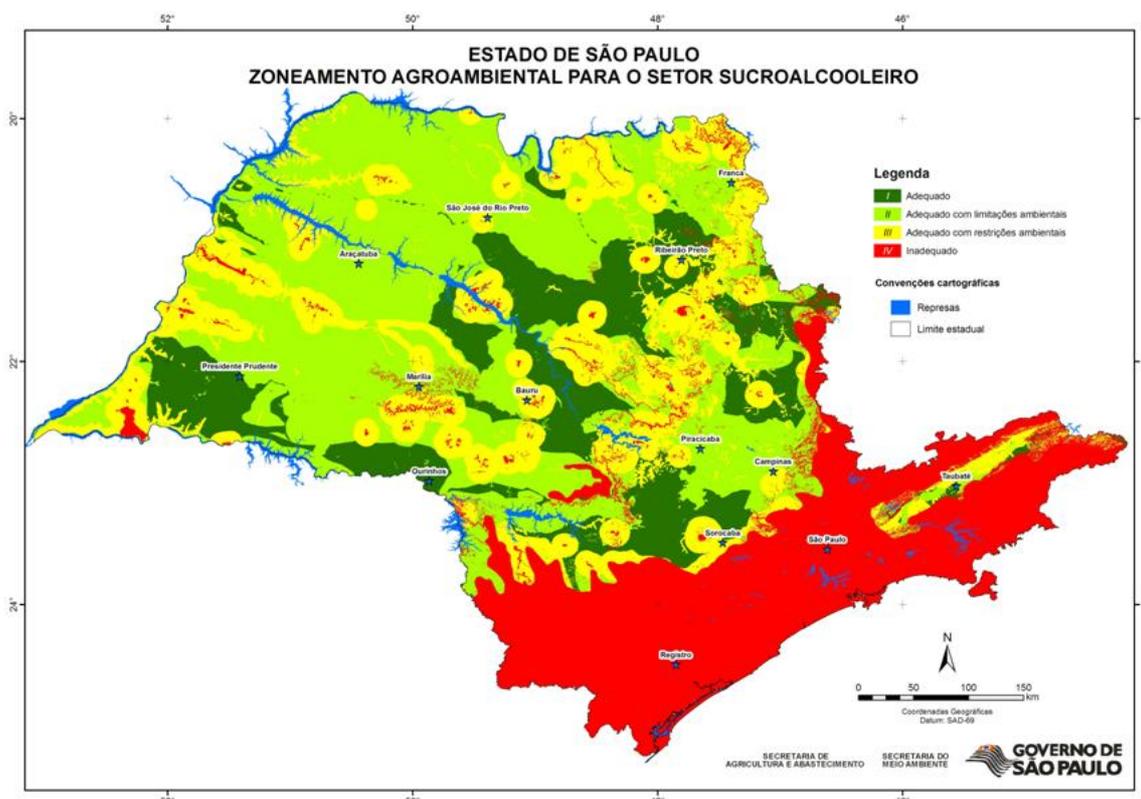
Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Ter a adesão das usinas e dos fornecedores ao Protocolo Agroambiental do setor sucroalcooleiro/sucroenergético;
2. Demarcar e recuperar 300 mil hectares de mata ciliar nas lavouras canavieiras;
3. Antecipar em 10 anos o prazo para a eliminação da queima da palha da cana. Pela Lei Estadual nº. 11.241/2002, os prazos são 2021 para áreas mecanizáveis e 2031 para áreas não mecanizáveis;
4. Estabelecer normas para a expansão da cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.

Ações realizadas

1. Proposição de um Protocolo Agroambiental, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com o setor sucroalcooleiro. O documento apresenta diretrizes para a redução da queimada da palha da cana-de-açúcar, para proteção das áreas ciliares e das nascentes, para minimização do uso da água e da poluição atmosférica, entre outras. Ao aderir, cada unidade elabora seu plano de ação elencando suas atividades para o cumprimento das diretrizes.

2. Análise e acompanhamento dos planos de ação.
3. Elaboração do Zoneamento Agroambiental para o setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo, também em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento.



Fonte: Protocolo Agroambiental

Regulamentado pela Resolução SMA/SAA 06/2009 (em substituição da Resolução SMA/SAA 04/2008) o Zoneamento Agroambiental teve como principal objetivo disciplinar a expansão e ocupação do solo por parte do setor sucroalcooleiro, assim como subsidiar a criação de políticas públicas e contribuir para o planejamento de novos negócios e para expansão dos atuais.

O ZAA estabeleceu quatro categorias para cultivo de cana-de-açúcar e instalação de unidades agroindustriais, classificando as áreas como: adequadas, adequadas com limitações, adequadas com restrições e inadequadas. Para isto levou em consideração os seguintes critérios:

- ✓ Aptidão Edafoclimática;
- ✓ Restrições para colheita mecânica;

- ✓ Disponibilidade de águas superficiais;
- ✓ Vulnerabilidade das águas subterrâneas;
- ✓ Unidades de Conservação de Proteção Integral existentes;
- ✓ Unidades de Conservação de Proteção Integral indicadas;
- ✓ Restauração e Conservação da Biodiversidade – Biota (Conectividade);
- ✓ Áreas de Proteção Ambiental - APAs;
- ✓ Bacias Aéreas - Qualidade do Ar.

O Zoneamento Agroambiental foi utilizado como base para elaboração da Resolução SMA 88/2009, que dispõe sobre as diretrizes para licenciamento ambiental, criando condições para maior sustentabilidade no setor sucroalcooleiro.

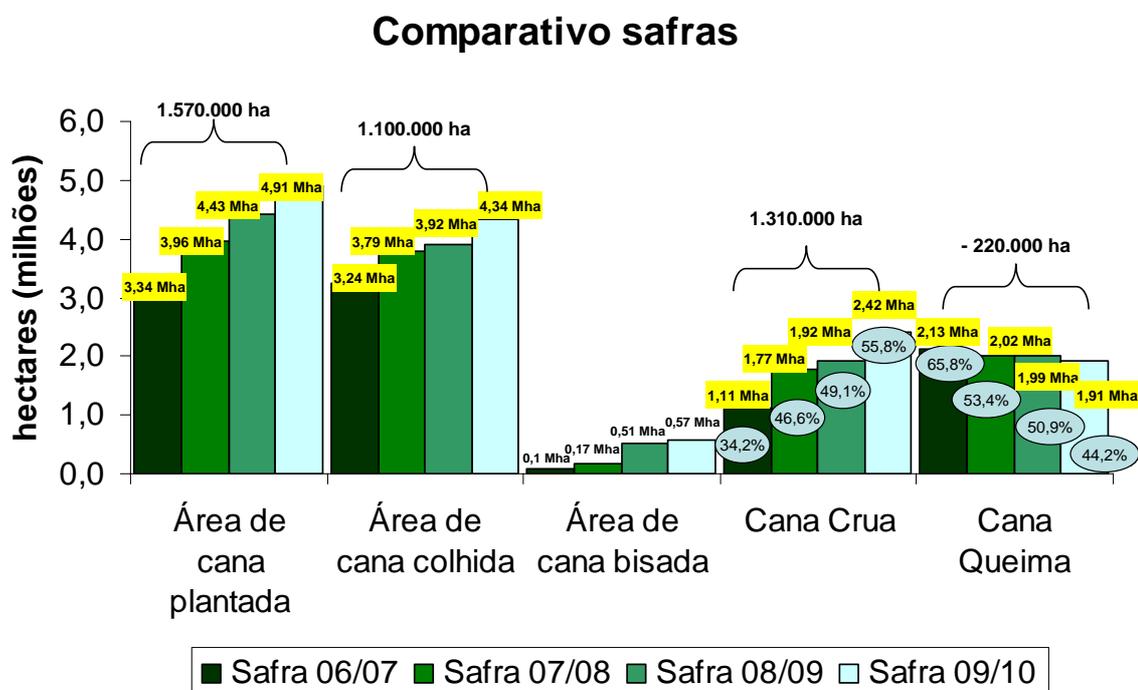
Resultados obtidos e esperados

a. O projeto Etanol Verde está atingindo, ano a ano, a meta de redução da queima da palha da cana-de-açúcar. Paralelamente, outros objetivos também tiveram êxito, como o avanço na recuperação das matas ciliares, bem como a utilização racional dos recursos hídricos. E como importante ferramenta de planejamento ambiental, o ZAA demonstra a viabilidade da parceria agricultura e meio ambiente.

b. Do total, 169 usinas aderiram, representando 85% da moagem do Estado de São Paulo. Os fornecedores de cana, no total de 26 associações, somam 5.511 plantadores no Estado que também aderiram. Os signatários do Protocolo Agroambiental representam 94% da produção de álcool do Estado de São Paulo e 56% do Brasil.

c. Os resultados da mobilização do setor sucroenergético frente aos desafios do Protocolo Agroambiental podem ser avaliados ao se observar a evolução da colheita de cana crua: na safra 06/07 a porcentagem de cana colhida crua era de

34,2 %, que cresceu para 55,8% na safra 09/10. Isto significou um aumento de 1,3 milhão de hectares colhidos mecanicamente sem a utilização de fogo, sendo deste total, 500 mil hectares desta última safra. O gráfico abaixo mostra um resumo dos avanços do Protocolo Agroambiental na questão de queimadas:



Fonte: Protocolo Agroambiental

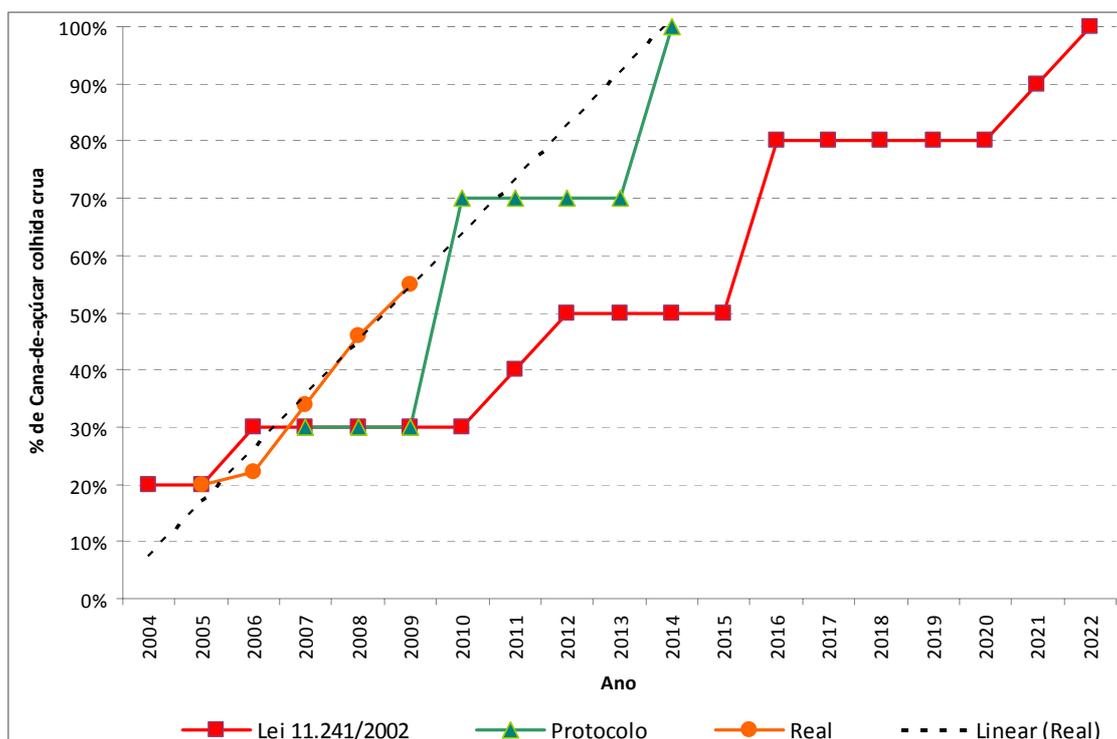
d. Caso toda safra paulista seguisse a Lei Estadual 11.241/2002 haveria uma área de queima de 3.038.000 ha na safra 09/10, ou seja, 70% da área plantada. Isto significa que deixaram de ser queimados 1.119.000 ha em 2009, evitando a emissão de cerca de 3,3 milhões de toneladas de monóxido de carbono. Também deixaram de ser emitidas cerca de 290 mil toneladas de material particulado e 480 mil toneladas de hidrocarbonetos.

Desde 2007 evitou-se a queimada de 2,6 milhões de hectares no Estado de São Paulo, e, conseqüentemente, reduzindo a emissão de poluentes. Na tabela abaixo é apresentando, para cada safra, quantas toneladas deixou-se de emitir de poluentes.

Emissões Evitadas (ton)	Safra 06/07	Safra 07/08	Safra 08/09	Safra 09/10	Total evitado
CO	413.763	1.896.206	2.250.167	3.368.190	7.928.326
Hidrocarbonetos	59.109	270.886	321.452	481.170	1.132.617
Material particulado	35.465	162.532	192.871	288.702	679.570

f. Com os prazos estabelecidos pelo Protocolo Agroambiental a previsão é de que em 2014 seja eliminada a utilização de fogo como prática de colheita de cana-de-açúcar nas áreas mecanizáveis, uma aceleração significativa, quando comparada com os prazos estabelecidos na lei. Em 2017, tanto nas áreas mecanizáveis como nas não mecanizáveis, a cana-de-açúcar será colhida crua.

Abaixo é apresentada a linha de tendência da colheita crua efetiva para a eliminação da utilização de fogo nas áreas mecanizáveis como prática de colheita de cana-de-açúcar para o ano de 2014:



Fonte: Protocolo Agroambiental do Estado de São Paulo

h. As unidades agroindustriais certificadas pelo Protocolo Agroambiental comprometeram-se, conjuntamente, com a recuperação de 189.571 hectares de

mata ciliar. O acordo firmado com os fornecedores de cana-de-açúcar resultou no envolvimento da recuperação de mais de 61.804 hectares de mata ciliar. No total, o setor sucroalcooleiro está comprometido com a recuperação de 270.742 hectares, que corresponde a 40 mil km de rios protegidos e recuperados.

i. No que diz respeito ao consumo da água, os dados do Protocolo Agroambiental permitem verificar a redução do consumo de água pelas usinas signatárias. Em 2006 verificou-se que o consumo era de 2,00 m³/tonelada de cana moída e na safra 2009/2010 observou-se que o consumo baixou para 1,55 m³/tonelada de cana moída.

Execução orçamentária: Não há previsão orçamentária

9 - Fauna Silvestre

Justificativa

Nas últimas décadas as mudanças climáticas globais, a utilização desenfreada dos recursos naturais e a degradação acentuada dos ecossistemas contribuíram para a deterioração das condições gerais do meio ambiente. E neste contexto, a conservação da fauna mostra-se ameaçada, perdendo seu habitat e sujeita ao tráfico ilegal de espécies.

No início deste governo, verificou-se que a gestão da fauna silvestre é uma atuação principalmente dos órgãos federais, com reduzida ação do governo estadual. Somando-se a isto a fiscalização, realizada pela Polícia Ambiental, que apreende, em média, 33 mil animais por ano em tráfico de fauna silvestre.

Estabelece-se, assim, a necessidade de proteção da fauna vetando as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade. E ciente da sua responsabilidade, a Secretaria do Meio Ambiente decidiu redirecionar e implementar ações que

visem a proteção à fauna silvestre no âmbito do Estado de São Paulo.

Objetivo

O projeto tem como objetivos normatizar a proteção da fauna silvestre; instalar locais de recebimento de animais silvestres capturados; e de combater o comércio ilegal de animais.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Elaborar a lista de animais em extinção (“Lista vermelha”);
2. Implementar a gestão dos recursos faunísticos no Estado de São Paulo;
3. Instalar centros de recepção e destinação da fauna apreendida;
4. Propor uma Política Estadual para a Fauna.

Ações realizadas

1. Assinatura do Termo de Cooperação com o IBAMA de Gestão Compartilhada da Fauna Silvestre, sendo o primeiro estado do Brasil a assumir este compromisso. Para dar suporte à nova atividade do Sistema, é instituído, com dez especialistas ambientais, o Centro de Fauna, na Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais. As ações compartilhadas da SMA com o IBAMA já foram iniciadas e devem ser executadas até final de 2011, quando a Secretaria deverá assumir a gestão da fauna.

2. Instituição do CADFAUNA - Cadastro Estadual das Atividades que Utilizam Animais da Fauna Silvestre Nativa ou Exótica, seus produtos e subprodutos, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 52.220/2008.

3. Atualização da Lista de Animais Ameaçados de Extinção, após 10 anos de elaboração da primeira, sendo instituído pelo Decreto Estadual nº 53.494/2008. Os seguintes temas foram estudados, com a participação de diversos

pesquisadores: Anfíbios, Aves, Mamíferos, Peixes de Água Doce, Peixes Marinhos e de Répteis. Este é um instrumento legal que relaciona as espécies de fauna ameaçadas de extinção no estado de São Paulo e, conseqüentemente, é o norteador das ações de várias naturezas relacionadas com licenciamento ambiental, fiscalização e manejo de fauna. Nesta atualização foram utilizados os critérios e categorias propostas pela IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, diferentemente de 1998.

4. Estabelecimento de normas para licenciamento, definindo procedimentos para as atividades de manejo de fauna silvestre, nativa e exótica com a edição da Resolução SMA 73/2008.

5. Início da construção do CECFAU – Centro de Conservação da Fauna, que objetiva atender as espécies ameaçadas de extinção. Até o final de 2010 deverá ser entregue a primeira parte do Centro, destinada aos primatas.

6. Publicação da Resolução SMA n° 24/2010 que estabelece os critérios para atividades e empreendimentos de uso e manejo da fauna silvestre, para sua gestão no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente.

Resultados obtidos e esperados

a. O projeto teve como principal resultado a estruturação da gestão da fauna no Estado de São Paulo, estabelecendo os meios para que a SMA desenvolva ações nesta temática.

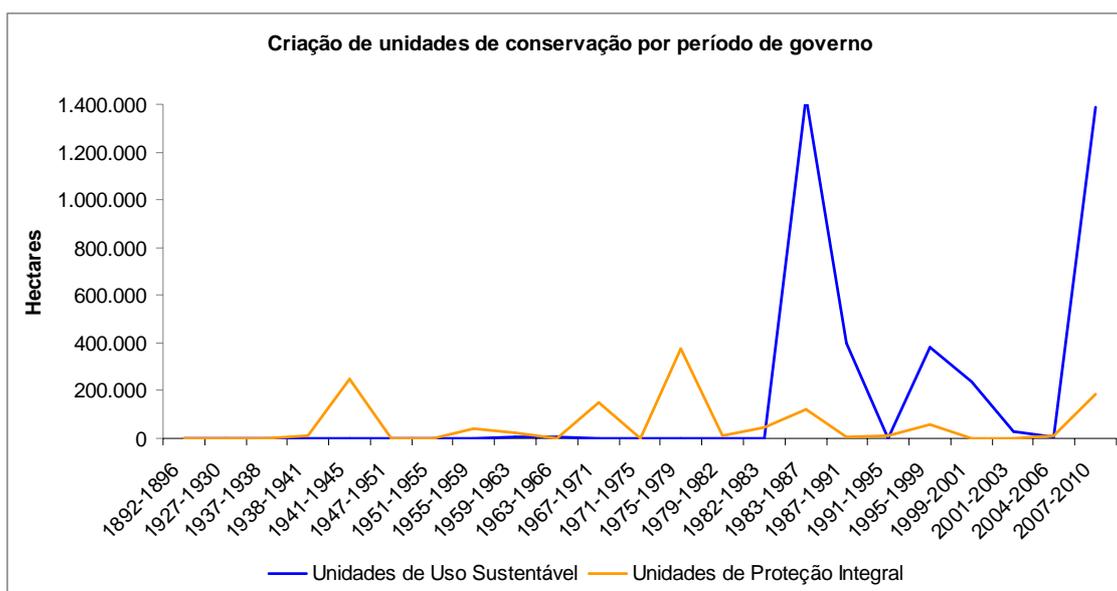
b. Considerando que 33 mil animais são apreendidos ao ano, a instalação de centros de recepção e destinação deve ser associada a outras políticas, como educação ambiental e fiscalização na entrada do território de São Paulo, do transporte ilegal da fauna silvestre. Sem a implementação do conjunto destas ações, a gestão de centros torna-se inviável. Sendo assim, a Secretaria optou por inicialmente se estruturar para sua atuação, para posteriormente propor diretrizes e normas para a Política Estadual de Fauna Silvestre, e conseqüentemente, iniciar a instalação dos centros, que não deverá ser concluída até dezembro de 2010.

Execução orçamentária: Não há previsão orçamentária

10 - Gestão de Unidades de Conservação

Justificativa

Consolidar o sistema de gestão das Unidades de Conservação do território paulista dos biomas protegidos é um instrumento importante para a conservação e a proteção da biodiversidade. Até a década de 60, a criação de unidades de conservação estavam restritas àquelas de proteção integral e a partir da década de 70, consolidam-se as propostas de criação de unidades de uso sustentável, conforme é possível verificar no gráfico abaixo.



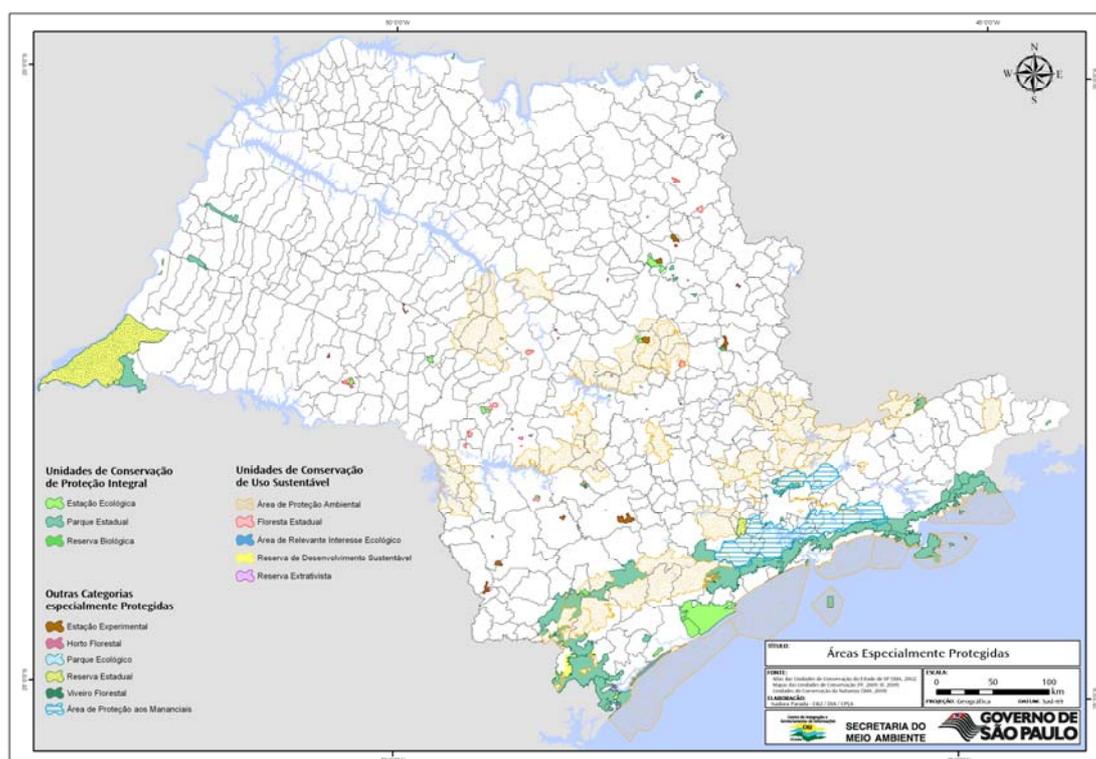
Fonte: Fundação Florestal

Com a Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é estabelecido o marco legal para gestão de áreas protegidas, estabelecendo os instrumentos necessários para sua adequada implementação.

Com a instituição do SIEFLOR, em 2007 o principal órgão gestor das unidades de conservação passa a ser a Fundação Florestal, enquanto o Instituto Florestal centra esforços na pesquisa e na gestão das estações experimentais, hortos e

viveiros.

O Estado de São Paulo possui atualmente 250 unidades de conservação, sendo que 146 compõem o SIEFLOR, sistema de administração das unidades compartilhado entre Fundação Florestal e Instituto Florestal. Ao total são 59 unidades de conservação de proteção integral (25 estações ecológicas, 30 parques estaduais, 3 reservas biológicas, 1 monumento natural); 54 de uso sustentável (30 áreas de proteção ambiental, 4 áreas de relevante interesse público, 13 florestas estaduais, 5 reservas de desenvolvimento sustentável, 2 reservas extrativistas) e 33 unidades como outro tipo de área protegida, não pertencentes as categorias estabelecidas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como 19 estações experimentais, 5 hortos florestais, 5 parques ecológicos, 2 reservas estaduais e 2 viveiros. Abaixo é apresentado o mapa com a distribuição das áreas protegidas no estado.



Fonte: Fundação Florestal

Deste conjunto de unidades de conservação estaduais, a Fundação Florestal é responsável por gerenciar 4,56 milhões de hectares de áreas protegidas, em 91

unidades de conservação, sendo 49 de proteção integral, áreas que demandam uma maior atuação do estado.

Entretanto, no início desta gestão verifica-se que destas 59 unidades de proteção integral, apenas seis possuíam plano de manejo concluído e existiam somente quatro conselhos consultivos formais.

Objetivo

Este projeto tem como principal objetivo fazer a gestão das unidades de conservação, com a elaboração e aprovação de planos de manejo, constituição de conselhos consultivos, implantação da co-gestão e da regularização e reforço da fiscalização nas áreas protegidas. O foco é consolidar o manejo das áreas protegidas no estado.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Elaborar todos os planos de manejo das unidades de conservação de proteção integral;
2. Criar e implantar áreas protegidas;
3. Elaborar planos de manejo espeleológicos.

Ações realizadas

1. Contratação de 26 novos gestores para as unidades, preenchendo 90% do quadro de gestores de unidades de conservação de proteção integral. Permanecem sem gestores aquelas unidades que aguardam recategorização, ou por sua extensão, contam com gestor de outra unidade próxima.
2. Normatização e definição de metodologia para a elaboração de plano de manejo e para a fiscalização integrada.
3. Regulamentação e reconhecimento de Reserva Particular do Patrimonio

Natural- RPPNs.

Foram reconhecidas doze RPPNs pela Fundação Florestal, no total de 3.680 hectares. Até 2006 haviam sido reconhecidas pelo IBAMA 34, com as doze reconhecidas, foram totalizadas 46 numa área total de 7.463 hectares. Em 2010 a perspectiva é atingir 54 RPPNs com 17 mil hectares protegidos em áreas particulares.

4. Revisão da cobrança de ingresso e de serviços.

5. Elaboração dos planos de manejo de unidades de conservação de proteção integral.

6. Constituição de conselhos consultivos das unidades de conservação de proteção integral e de APAs.

7. Criação do Mosaico das Ilhas e das Áreas Protegidas Marinhas do Litoral Paulista, pelo Decreto Estadual nº 53.528/2008, dividido em três Áreas de Proteção Ambiental Marítimas: Norte, Centro e Sul, somando 1.123.108 hectares protegidos, uma das maiores áreas protegidas do mundo. São Paulo, seguindo uma tendência mundial de proteção da sua costa, transformou todo o seu mar em unidade de conservação. O objetivo é salvar a biodiversidade marítima que se encontra em franca deterioração em todo o planeta, com sérios prejuízos para a pesca.

E para a fiscalização destas APAs Marinhas, foram destinadas, à Polícia Militar Ambiental, seis embarcações especialmente projetadas para esta atuação.

8. Instituição dos Conselhos Gestores das três APAs Marinhas, com representantes da sociedade civil e das esferas municipal, estadual e federal de governo. Até dezembro de 2010 deverão ser finalizados os planos de manejo destas unidades.

9. Elaboração de 32 planos espeleológicos, permitindo a retomada da visitação pública nas cavernas.

10. Estabelecimento da “limitação administrativa provisória” por sete meses em áreas das serras de Itaberaba e de Itapetinga pelo Decreto Estadual nº 54.746,

com objetivo de criar unidades de conservação de proteção integral na Serra da Cantareira. Ao todo são 28.600 mil hectares, o que equivale quatro vezes o Parque da Cantareira.

11. Criação dos Parques Estaduais de Itaberaba e de Itapetinga, da Floresta Estadual de Guarulhos e o Monumento Estadual da Pedra Grande, pelo Decreto Estadual nº 55.662/2010, nos eixos norte e nordeste da serra da Cantareira.

12. Proposição de um novo Mosaico para a Estação Ecológica Juréia-Itatins e início das audiências públicas.

13. Aprovação do Decreto Estadual nº 55.661/2010 que cria a limitação administrativa provisória na área que especifica a restinga do Parque de Bertiooga.

14. Publicação da Resolução SMA 29/2010 que dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de Unidades de Conservação, bem como sobre Termos de Compromisso a serem celebrados com os ocupantes de Unidades de Conservação até sua definitiva regularização fundiária.

Resultados obtidos e esperados

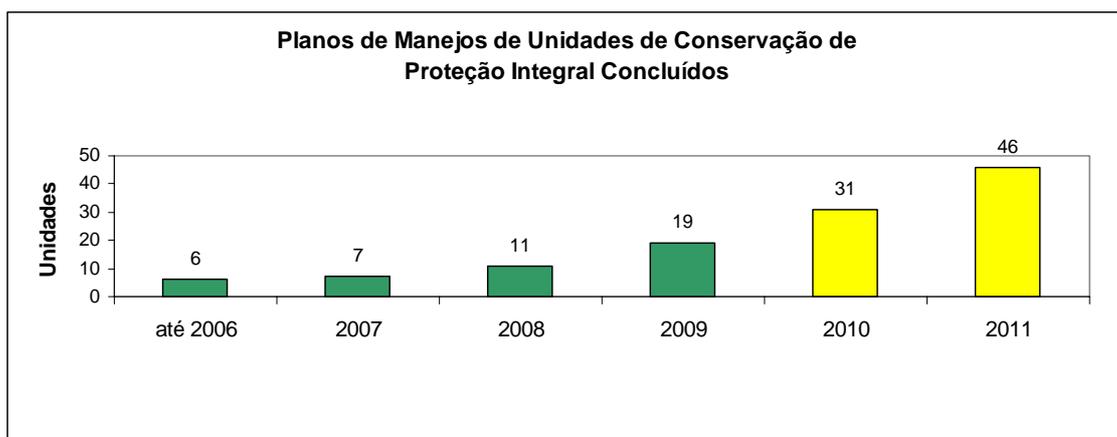
a. Com o foco na consolidação das unidades de conservação verificou-se a instrumentalização e aprimoramento da estrutura e o cumprimento das metas.

b. Em três anos o número de postos de fiscalização aumentou em 60%, subindo de 165 em 2006 para 286 em 2009. Para isto, o investimento, que anteriormente era de R\$ 8 milhões, passa a ser de R\$ 22 milhões anuais.

c. O número de guaritas e bases integradas implantadas e em funcionamento praticamente dobrou de 57 em 2006 para 109 em 2009, assim como de centros de visitantes efetivos, que passaram de 19 em 2006, para 33 em 2009.

d. Ampliação do número de planos de manejo. O número de planos de manejo elaborados ou em fase de elaboração das unidades de proteção integral atualizados, seguindo as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de

Conservação são:



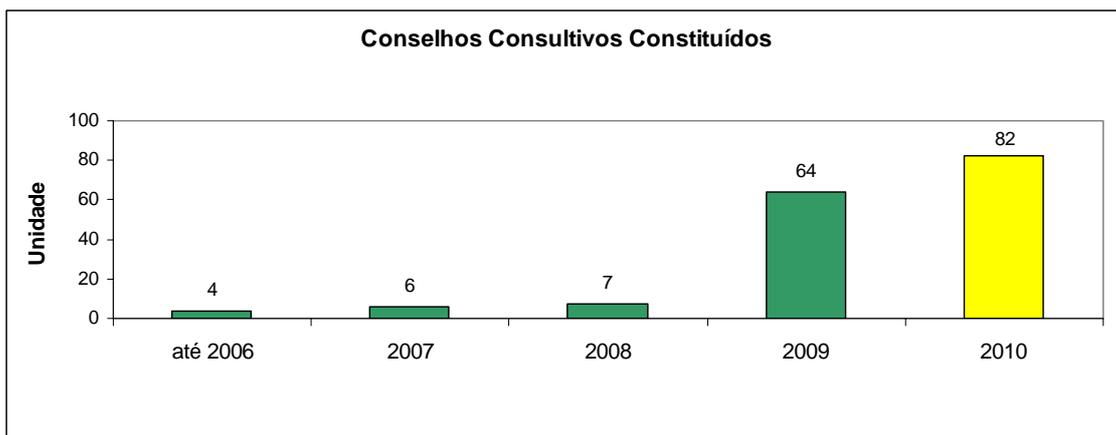
Fonte: Fundação Florestal e Instituto Florestal

Para os anos de 2010 e 2011 trata-se de uma projeção, em função dos planos que estão em fase de elaboração e com recursos destinados.

Ao total serão 46 planos de manejos finalizados até o final de 2011. Considerando o número de 59 unidades de conservação de proteção integral, ficam pendentes a elaboração dos planos de manejo das três Reservas Biológicas, da Estação Ecológica da Juréia Itatins, que aguarda a aprovação dos novos limites no Mosaico Juréia-Itatins, de três unidades que deverão ser recategorizadas e três unidades com planos pendentes: Noroeste Paulista, Banhados do Iguape e Santa Maria.

Nesta gestão inicia-se também a elaboração de unidades de conservação de uso sustentável, principalmente das APAs – Áreas de Proteção Ambiental. Das 30 unidades, 17 estão com recursos alocados, sendo que dez deverão ser finalizadas até 2010: Cabreúva, Cajamar, Jundaí, Corumbataí-Botucatu-Tejupá, Piracicaba e Juquerí-Mirim – Área I, Ibitinga, Várzea do Rio Tietê, além das três APAs Marinhas.

e. Constituição formal e implementação de conselhos consultivos de unidades de proteção integral e uso sustentável.



Fonte: Fundação Florestal e Instituto Florestal

Para o ano de 2010 trata-se de uma projeção.

f. Fica como principal ponto pendente deste projeto as ações de co-gestão e de regularização fundiária.

A regularização fundiária, mesmo com a criação de um núcleo específico para tratar do assunto e a troca de experiências com outros estados brasileiros, permanece como uma limitação.

Visando a regularização fundiária foram realizados os cadastros de ocupantes e o levantamento de ações de desapropriação direta e indireta do Parque Estadual da Serra do Mar, da Estação Ecológica Juréia-Itatins, do Parque Estadual Jurupará e do Mosaico da Jacupiranga.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	49.431.000,00	38.105.085,47
2009	43.196.717,00	39.368.525,98
2010	25.766.690,00	3.526.963,00

Complementado com recursos de Compensação Ambiental: R\$ 12 milhões

11 - Licenciamento Unificado

Justificativa

O licenciamento ambiental é freqüentemente criticado quanto à morosidade na emissão de licenças. Isto é um grande indicador de que a sua concepção, enquanto instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, está suplantada pelo rito burocrático instalado nos órgãos e pelo modelo ultrapassado de comando e controle.

No âmbito do Sistema de Meio Ambiente, o licenciamento era realizado em quatro órgãos públicos: o DEPRN (Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais), o DUSM (Departamento do Uso do Solo Metropolitano), o DAIA (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental) e a CETESB.

Com a unificação do licenciamento ambiental pretende-se que o licenciamento torne-se uma ferramenta de aperfeiçoamento ambiental contínuo do empreendimento, gerando agilidade na obtenção da licença, maior transparência e rigor nos procedimentos.

Objetivo

O objetivo principal deste projeto é unificar o licenciamento ambiental, desburocratizando o serviço, atuando com rigor, agilidade e transparência.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Reduzir de quatro departamentos licenciadores para uma agência ambiental;
2. Estruturar as unidades descentralizadas, sendo 56 agências ambientais e cinco supervisoras;
3. Descentralizar o licenciamento;
4. Reduzir em 30% do tempo médio de licenciamento das atividades.

Ações realizadas

1. Revisão dos procedimentos de licenciamento, pela Resolução SMA 22/2007, e revisão de 38 metodologias de análises, em decorrência do alinhamento das agendas azul, verde e de mananciais.
2. Treinamento do corpo técnico: foram capacitados 1.449 técnicos do sistema (CETESB/DEPRN/DAIA/DUSM), em 19 mil horas.
3. Constituição da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e unificação do licenciamento ambiental (Lei Estadual nº 13.542/2009).
4. Ampliação da rede descentralizada das unidades da CETESB, no interior e na região metropolitana paulista. No início eram 35 unidades, que foram expandidas para 56 Agências Ambientais.
5. Instituição da política de descentralização do licenciamento ambiental de atividades de impacto local, aprovada no Consema pela Deliberação 33/09.

Atualmente a CETESB está trabalhando com a capacitação dos municípios para realizarem tal tarefa. São 57 municípios que estão neste processo. Municípios como Araraquara, Santo André, Campinas, Valinhos, Ribeirão Preto, Tatuí, Guarulhos, Campinas e Rio Claro, já realizam o licenciamento de atividades de impacto local.

Resultados obtidos e esperados

a. A unificação do licenciamento ambiental, o reforço dos recursos humanos e a ampliação da rede descentralizada fazem parte do processo de reforma administrativa, de grande transformação estrutural e cultural, que demanda esforços de curto prazo, com resultados no longo prazo.

O projeto teve resultados positivos e sua continuidade é decorrente das atividades e ações exercidas no âmbito da CETESB.

b. A revisão de procedimentos e a melhor alocação dos recursos humanos visam o melhor atendimento à demanda e já contribuem para a redução do tempo de

análise dos processos de licenciamento. Nos casos das atividades com EIA/RIMA a redução foi, em média, de 543 para 293 dias, entre 2004 e 2008. Para os aterros sanitários, o tempo de EIA/RIMA foi abreviado de 867 para 266 dias de 2004 a 2009 e de RAP das usinas de álcool de 341 para 217 dias neste mesmo período.

c. A metodologia de análise também foi alterada. A análise de supressão de vegetação se integra com o controle da poluição. A CETESB passou a analisar conjuntamente a supressão de vegetação, a recuperação de Área de Preservação Permanente – APP e o atendimento aos padrões de emissão, numa avaliação conjunta dos impactos causados pelo empreendimento.

d. Até dezembro de 2010 deverá ser finalizado o sistema informatizado, onde o cidadão poderá consultar o andamento do seu processo de licenciamento ambiental. Este sistema, já em fase de elaboração, conta com o apoio financeiro do Banco Mundial. E até o final deste ano, serão unificadas as normas e procedimentos do licenciamento ambiental no âmbito do Estado de São Paulo.

e. Está em fase de revisão a proposição de agências supervisoras. Considerando a expansão das regionais, que totalizam 56, e o aprimoramento dos procedimentos de licenciamento ambiental, discute-se a implementação das cinco supervisoras.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	11.973.614,00	10.813.015,00
2009	17.229.528,00	15.965.508,00
2010	17.931.638,00	-

12 - Lixo Mínimo

Justificativa

A temática de resíduos sólidos domiciliares no Estado de São Paulo caracteriza-se por uma situação de pouco compromisso de municípios na busca de soluções adequadas para tratamento e disposição de resíduos domiciliares. De um lado os pequenos municípios têm dificuldades na capacitação técnica e financeira, de outro, os municípios maiores têm problemas de operação ou utilização de lixão. No início de 2007 verificou-se que 143 aterros estavam em situação inadequada de disposição de resíduos sólidos, enquanto outros 194 municípios em situação, embora controlada, precária quanto à disposição do lixo.

O projeto proposto, além de inserir-se na busca de reversão deste cenário, fundamenta-se à necessidade de aprimoramento de instrumentos de gestão de resíduos sólidos e incentivos às municipalidades no equacionamento desse problema de sua competência.

Objetivo

O objetivo principal deste projeto é eliminar a disposição inadequada de resíduos domiciliares no Estado de São Paulo, extinguindo os lixões a céu aberto. Esta atuação é combinada com o estímulo à redução, reutilização e reciclagem.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Eliminar os aterros em situação inadequada;
2. Viabilizar a implantação de soluções regionalizadas e integradas no Estado;
3. Desenvolver o Índice de Qualidade da Gestão de Resíduos Sólidos;
4. Executar ações de educação ambiental.

Ações realizadas

1. Maior rigor com a qualidade de operação passa a ser uma das prioridades da gestão, incluindo a interdição dos aterros sanitários inadequados e lixões a céu aberto operados de forma precária, com risco de contaminação do solo, da água e que podem causar prejuízos à saúde humana.

Ao total foram 25 interdições a lixões neste período.

2. Realização de cursos de capacitação para técnicos municipais e a reedição das cartilhas de educação ambiental (“Coleta Seletiva – Guia de Implantação para Prefeitura” e “Coleta Seletiva: escola, condomínio, empresa, comunidade e município”).

3. Regulamentação da Política Estadual de Resíduos Sólidos, com a aprovação do Decreto Estadual nº 54.645/2009, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.300/2006. Este decreto institui diversos instrumentos para a gestão dos resíduos como o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que deverá ser finalizado no primeiro semestre de 2010, além da regulamentação do Sistema Declaratório, em fase de elaboração, e a política de logística reversa e a responsabilidade pós-consumo.

4. Elaboração de Planos Regionais de Resíduos Sólidos, que estão em andamento: proposições de soluções regionalizadas para o tratamento e a destinação dos resíduos sólidos urbanos para o Alto Tietê; o Vale do Ribeira e Litoral Sul; e a região denominada Entre Serras e Águas, que engloba as bacias dos Rios Piracicaba e Jundiaí, o Extremo Noroeste e a Mantiqueira.

5. Elaboração do Índice de Gestão de Resíduos Sólidos.

6. Revisão dos critérios e metodologia do Índice de Qualidade de Aterros Sanitários.

7. Divulgação do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares, referente ao ano de 2009, que classifica a disposição final do lixo doméstico, nos 645 municípios do Estado.

8. Publicação da Resolução SMA n° 24/2010 que define a relação de produtos que, por suas características, venham a gerar resíduos sólidos de significativo impacto ambiental, sujeitos ao recolhimento dos mesmos pós-consumo.

9. Criação do Grupo de Trabalho para acompanhamento permanente dos municípios com situação controlada, quanto ao Índice de Qualidade de Aterros de Resíduos Sólidos – IQR, através da publicação da Resolução SMA n° 59/2010.

Resultados obtidos e esperados

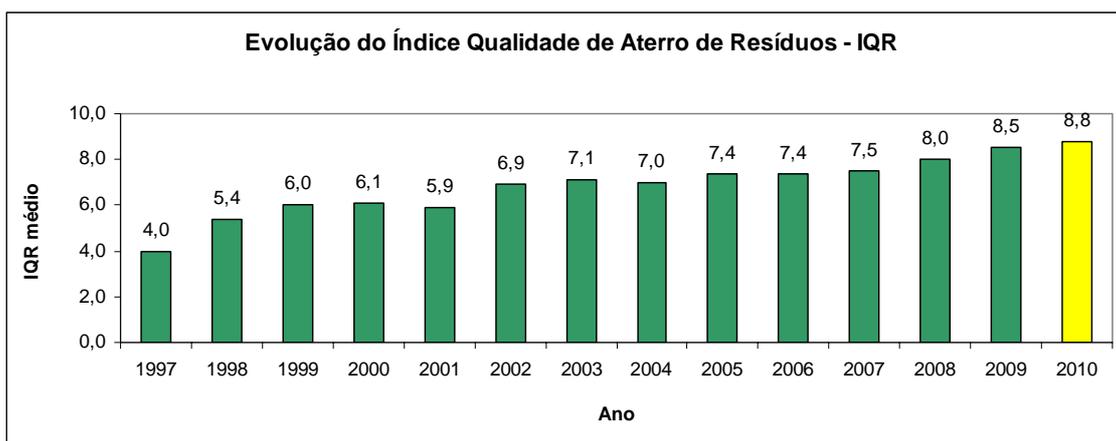
a. Redução do número de lixões a céu aberto.



Fonte: CETESB

Dos 143 aterros inadequados houve uma redução drástica para sete no final de 2009, ou seja, uma melhora significativa de 95%. Estes sete municípios correspondem a 1% do total de resíduos gerados no Estado de São Paulo e os municípios adequados correspondem a 83,9%. A meta até o final de 2010 é eliminar os lixões a céu aberto.

E após seis anos o IQR médio variando entre 7,0 e 7,5, houve um aumento para 8,5.



Fonte: CETESB

Para 2010 trata-se de uma estimativa

b. Ficam pendentes a implantação do Sistema Declaratório, a política de logística reversa e a instituição do Índice de Coleta Seletiva (ICS).

c. Superada a existência de lixões no Estado de São Paulo, em parceria com os municípios, a coleta seletiva passa a ser o foco do Sistema de Meio Ambiente a partir de 2010.

Execução orçamentária: Não há previsão orçamentária

13 – Mananciais: Billings, Cantareira e Guarapiranga

Justificativa

Frente à importância que os mananciais têm para o Estado de São Paulo, faz-se necessário a implantação de políticas públicas visando à proteção dos recursos hídricos, principalmente por meio de normas de uso do solo, fiscalização e ações de conscientização da população.

Os principais mananciais metropolitanos de São Paulo são a Guarapiranga, a Billings e a Cantareira. Cada um com especificidades, suas características são apresentadas abaixo.

A bacia hidrográfica do Guarapiranga possui 63.911 hectares (639Km²), a área da represa abrange 2.600 hectares (4% da área da bacia), possui cinco municípios parcialmente e dois totalmente inseridos na área da bacia². A população abastecida pela represa é de 3,7 milhões de pessoas, sendo que residem nessa área cerca de 800 mil pessoas.

A Represa Billings é o maior reservatório de água da Região Metropolitana de São Paulo. Seu espelho d'água possui 10.814,20 hectares, correspondendo a 18% da área total de sua bacia hidrográfica, que ocupa um território de 582,8 km², faz limite a oeste com a Bacia do Guarapiranga e ao sul com a Serra do Mar. Sua área de drenagem abrange totalmente o município de Rio Grande da Serra e parcialmente cinco municípios³.

O Sistema Produtor de Água Cantareira é considerado um dos maiores do mundo. Sua área tem aproximadamente 227.950 hectares (2.279,5 Km²) e abrange 12 municípios, quatro deles em Minas Gerais⁴ e oito em São Paulo⁵. É composto por cinco bacias hidrográficas e seis reservatórios interligados por túneis artificiais subterrâneos, canais e bombas, que produzem cerca de 33m³/s para o abastecimento da RMSP, o que corresponde a quase metade de toda a água consumida pelos habitantes da Grande São Paulo. A água produzida pelo Sistema Cantareira abastece 8,1 milhões de pessoas das zonas norte, central, parte da leste e oeste da capital, além de outros dez municípios.

Objetivo

Este projeto tem como objetivos promover a proteção e recuperação das bacias hidrográficas da Guarapiranga, Billings e Cantareira; desenvolver programas de educação ambiental para conscientização da comunidade; e intensificar a

² Guarapiranga - Municípios parcialmente inseridos na área da bacia são: Cotia, Embu, Jujutiba, São Lourenço da Serra e São Paulo, os totalmente inseridos são Embu-Guaçu e Itapeverica da Serra.

³ Billings – Municípios parcialmente inseridos na área da bacia são: Diadema, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo

⁴ Camanducaia, Extrema, Itapeva e Sapucaí-Mirim

⁵ Bragança Paulista, Caieiras, Franco da Rocha, Joanópolis, Nazaré Paulista, Mairiporã, Piracaia e Vargem

fiscalização.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Regulamentar o uso e ocupação do solo da região de mananciais;
2. Executar ações de educação ambiental e capacitação;
3. Aprimorar a fiscalização;
4. Aprimorar o monitoramento da qualidade dos reservatórios.

Ações realizadas

1. Regulamentação da Lei Específica da Área de Proteção do Manancial da Guarapiranga, pelo Decreto Estadual nº 51.686/2007.
2. Proposição pelo Executivo e aprovação pela Assembléia Legislativa da Lei Específica da Área de Recuperação e Proteção da Billings, Lei Estadual nº 13.579/2009, e sua regulamentação, pelo Decreto Estadual nº 55.342/2010.
3. Envio a Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Específica do Alto Juqueri.
4. Atuação em parceria com as prefeituras, em especial com a Prefeitura Municipal de São Paulo com “Operação Defesa das Águas”.
5. Realização de publicações diversas visando à difusão de informações e a educação ambiental: lançamento do Caderno de Educação – Guarapiranga; folheto Guarapiranga - Lei e Decreto - Perguntas e respostas com relação à sua aplicação; cartilha com esclarecimentos sobre o PL da APRM-Billings.
6. Implantação da Tenda dos Mananciais, com envolvimento de 12 mil pessoas, e que deverá ser repetido em 2010. Este é um espaço educativo itinerante, com o objetivo de promover várias atividades, evidenciando a importância da preservação das áreas das represas Billings e Guarapiranga, que juntas abastecem cerca de seis milhões de pessoas.
7. Realização de uma pesquisa de percepção na região da Guarapiranga.

A pesquisa de percepção realizada na região da Guarapiranga com 824 entrevistados apontou que 41,3% não mantêm nenhum tipo de relação com a represa, 32% buscam lazer e 23,5% visam o uso da água da represa. Quando perguntados sobre a importância que se dá ao cuidar do meio ambiente, 66% responderam que sua maior preocupação é com a falta d'água. Questionados se possuíam atitudes ou ações ambientais que pudessem contribuir para a melhoria do meio ambiente, 69,8% responderam afirmativamente. Destacaram como principais medidas que estariam dispostos a seguir para proteger o meio ambiente: a eliminação do desperdício de água (89,6%); a separação do lixo em casa (86,6%); a redução do consumo de energia (77,7%).

8. Implantação de centros de atendimento ao público sobre as Leis Específicas da Billings e da Guarapiranga no Poupatempo São Bernardo do Campo e na estação da CPTM-Grajaú, respectivamente, que possuem acesso facilitado. Com o objetivo de estar mais próximo do cidadão, os moradores das regiões da Billings e da Guarapiranga poderão tirar dúvidas sobre o processo de regularização ambiental de lotes, terrenos ou construções da região dos mananciais.

9. Realização de ações que fomentam a agricultura sustentável na região da Guarapiranga. A Resolução Conjunta SMA-SAA 08/2009 estabeleceu diretrizes para incentivar as práticas de agricultura sustentável em Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. O lançamento do Projeto “Guarapiranga Sustentável” ocorreu na Biofach América Latina, em outubro de 2009, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O portal da Rede de Agroecologia na Guarapiranga: www.sigam.ambiente.sp.gov.br/agroecologia já está pronto e sendo divulgado a todos os envolvidos.

10. Instituição do Grupo de Fiscalização Integrada – GFI para as áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais da Guarapiranga e Billings, pela Resolução SMA 16/2010.

Resultados obtidos e esperados

- a. O projeto teve avanços significativos na proposição de instrumentos de planejamento para uso do solo, com a instituição das leis específicas. Após anos de discussão, estas leis foram promulgadas, regulamentadas e permitirá que o poder público possa instalar serviços públicos e regularizar determinadas áreas com critérios ambientais. O desenvolvimento das ações deste projeto envolve muitos parceiros e atores e os seus resultados positivos serão verificados no médio e longo prazo decorrentes de importantes decisões tomadas no presente.
- b. Como instrumento importante que está pendente é a instalação de pontos de monitoramento da qualidade da água, processo que iniciado em 2010 com previsão para 2012, que conta com o financiamento do Banco Mundial, em parceria com a Secretaria de Saneamento e Energia.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	958.530,00	665.868,69
2009	210.600,00	161.253,15
2010	400.000,00	-

14 - Mata Ciliar

Justificativa

Dos 4,34 milhões de hectares de vegetação nativa do Estado de São Paulo, verifica-se que 25% da cobertura vegetal remanescente do estado estão protegidas na forma de unidades de conservação administradas pelo poder público, estando o restante sob domínio do setor privado.

Associado a isto, estima-se que no Estado de São Paulo há cerca de um milhão de hectares de áreas ciliares que se encontram desprotegidas em sua maioria. Este fato, aliado a insularização dos fragmentos florestais e das unidades de

conservação no interior e à suscetibilidade à erosão e ao manejo inadequado dos solos, que contribui para a perda de solo fértil e para o assoreamento de rios, represas e nascentes, verifica-se a importância de atuação na recuperação de matas ciliares, capazes de garantir a conectividade dos fragmentos e a qualidade dos recursos hídricos.

O reflorestamento das áreas ciliares contribui, também, para a absorção de gases de efeito estufa apoiando, assim, a mitigação das mudanças climáticas.

Objetivo

Este projeto visa promover a recuperação da mata ciliar no Estado, contribuindo para a ampliação da cobertura vegetal de 13,9% para 20% do território estadual. A atuação deste projeto depende diretamente do estabelecimento de parcerias com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, de Saneamento e Energia, sindicatos rurais, cooperativas e municípios.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

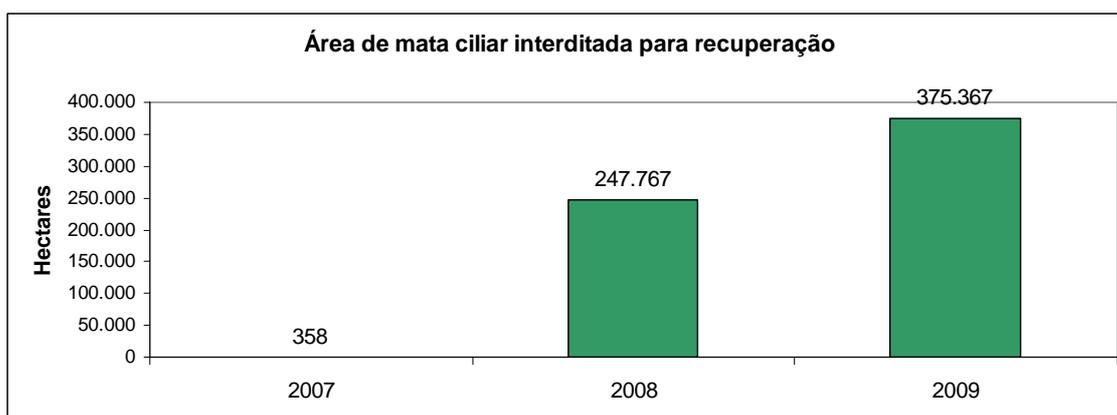
1. Delimitar e demarcar 1,7 milhão de hectares para recuperação vegetal;
2. Interditar e proteger 1 milhão de hectares para regeneração natural;
3. Replantar e reflorestar 180 mil hectares;
4. Fomentar a recuperação e a proteção das principais nascentes em cada município;
5. Executar o contrato com o Banco Mundial;
6. Normatizar critérios e metodologias para recuperação de mata ciliar;
7. Implementar um programa de gestão de produção de sementes e mudas.

Ações realizadas

1. O projeto contempla as ações do “Projeto de Recuperação de Matas Ciliares do Estado de São Paulo” que está sendo desenvolvido com o financiamento do Banco Mundial, com contrapartida do Estado, no total de US\$ 18 milhões. As intervenções ocorrem em cinco bacias hidrográficas: Paraíba do Sul, Piracicaba/Capivari/Jundaí, Mogi-Guaçu, Tietê/Jacaré e Aguapeí.
2. Proposição do banco de áreas para promoção de reflorestamento, instituído pela Resolução SMA 30/2007.
3. Desenvolvimento de um sistema de cadastramento das áreas ciliares (Resoluções SMA 42/2007 e 71/2008, que estabelecem a necessidade dos proprietários ou possuidores de áreas rurais encaminharem para a SMA informações sobre a preservação das áreas ciliares).
4. Instituição de critérios e procedimentos para expedição de autorizações para a implantação e exploração de Sistemas Agroflorestais em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, pela Resolução SMA 44/2008.
5. Normatização da colheita de sementes em Unidades de Conservação, pela Resolução SMA 68/2008.
6. Instituição de normas que estabelecem orientação para projetos voluntários de reflorestamento para compensação de emissões de gases de efeito estufa, de acordo com Resolução SMA 30/2009.
7. Proposição do Anteprojeto de Lei que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais com o objetivo de incentivar a oferta de serviços ecossistêmicos por meio de dois programas: Protetor das Águas e Protetor do Verde. A presente propositura foi discutida no Consema e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
8. Envio a Assembléia Legislativa do Projeto de Lei que permite utilizar o FECOP na utilização de operações financeiras relacionadas ao pagamento por serviços ambientais.

Resultados obtidos e esperados

a. Visando verificar sua recomposição foi criado um cadastro das áreas de mata ciliar que foram interditadas e protegidas e que estão em fase de recuperação. Deste total apresentado de recuperação vegetal, 375 mil hectares estão cadastrados para a recuperação de mata ciliar.



Fonte: Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais

Do total cadastrado, 67% é comprometido pelo setor sucroalcooleiro pelo Protocolo Agroambiental.

Verifica-se que outros setores devem ser envolvidos, visando o cumprimento das metas estabelecidas neste projeto.

b. Os dados demonstram que a recuperação vegetal, e não o desmatamento, é o caminho que o Estado de São Paulo está seguindo. Para cada um hectare desmatado em 2009, aproximadamente 110 hectares estão sendo recuperados.

c. Está em fase de finalização a elaboração do diagnóstico dos viveiros no estado, deverá colaborar para divulgar os locais de venda de mudas e de quais espécies.

Permanece pendente a proposição de um Programa Pró-Semente. Tanto o Instituto Florestal, a Fundação Florestal como o Instituto de Botânica são responsáveis pela produção, mas falta um órgão coordenador e gerenciador.

d. Está em fase de elaboração o mapeamento e a delimitação do 1,7 milhão de hectares para recuperação vegetal.

Execução orçamentária

Promoção de Recuperação das Matas Ciliares - BIRD		
Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	9.006.006,00	4.985.367,92
2009	8.798.000,00	4.773.955,52
2010	6.560.000,00	-

15 - Município Verde Azul

Justificativa

O Governo do Estado de São Paulo entende que a política ambiental, para ser efetiva, exige a participação dos agentes municipais, democratizando a gestão pública e descentralizando a agenda ambiental. A tomada de decisões, naquilo que lhe compete pelas esferas do poder local, facilita e estimula a participação da cidadania, comprometendo mais amplamente a sociedade com os valores ambientais.

O compartilhamento, entre estado e municípios, do controle da qualidade ambiental propiciará maior eficiência à administração pública, favorecendo o desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Objetivos

Este projeto tem como objetivo principal estimular os municípios a participarem da política ambiental, com adesão ao Protocolo Verde de Gestão Ambiental Compartilhada, certificando os municípios ambientalmente corretos, que passam a ter prioridade no acesso aos recursos públicos.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Ter a adesão de 100% dos municípios;

2. Apoiar e avaliar os municípios na execução da política ambiental;
3. Capacitar os interlocutores municipais;
4. Certificar 10% dos municípios paulistas;
5. Ter 75% dos municípios paulistas com estrutura ambiental;
6. Ter 75% dos municípios paulistas com conselho municipal de meio ambiente.

Ações realizadas

1. Estabelecimento do Protocolo Verde, de boas práticas ambientais, com 10 diretrizes básicas nas quais os municípios se comprometem em executar, numa gestão compartilhada com o estado:

1. Esgoto tratado - Realizar a coleta e o tratamento de esgoto doméstico;
2. Lixo mínimo - Eliminar até 2010 os lixões a céu aberto, promovendo a reciclagem e a coleta seletiva;
3. Mata ciliar - Ampliar e recuperar as matas ciliares existentes;
4. Arborização urbana - Aprimorar as áreas verdes municipais, visando atingir 12 m² por habitante (meta sugerida pela Organização Mundial da Saúde – OMS);
5. Educação ambiental - Implementar programa de educação ambiental na rede de ensino municipal;
6. Habitação sustentável - Definir critérios de sustentabilidade nas obras e construções municipais;
7. Uso da água - Implantar programa municipal contra o desperdício de água;
8. Poluição do ar - Auxiliar o governo no combate da poluição atmosférica;
9. Estrutura ambiental - Criar um Departamento ou Secretaria municipal de meio ambiente;

10. Conselho de Meio Ambiente - Constituir o Conselho de Meio Ambiente, envolvendo a comunidade local.

2. Instituição do Índice de Avaliação Ambiental (IAA) para avaliar a participação dos municípios na política ambiental. O IAA é representado pela soma dos valores obtidos com a aplicação do Indicador de Atendimento as Diretivas Ambientais e do Indicador de Pró-atividade dos Municípios frente às Diretivas Ambientais. Ao resultado obtido é subtraído o indicador de Passivos e Pendências Ambientais.

3. Realização de cursos de capacitação dos interlocutores.

Sendo uma das principais figuras do Projeto Município Verde Azul, o interlocutor, indicado pelo Prefeito, é o representante da administração ambiental, signatária do Protocolo Verde, que promove o contato da Secretaria de Meio Ambiente com a Prefeitura e o fornecimento das informações.

Foram realizados 15 cursos de capacitação, envolvendo 3.135 participantes, cabendo destacar 609 interlocutores, 398 prefeitos, 116 vice-prefeitos e 435 vereadores.

4. Realização de parceria com os vereadores municipais. Foram seis reuniões que envolveram 1.294 vereadores, além de 471 prefeitos e 139 vice-prefeitos.

Neste processo foi elaborada uma cartilha com 50 sugestões de Projetos de Leis Ambientais para os vereadores - “A responsabilidade do legislativo local – 50 idéias”.

5. Análise dos planos de ação.

Resultados obtidos e esperados

a. Um dos projetos destaques da gestão, Município Verde Azul, é sucesso de mobilização e na descentralização da política ambiental.

b. Não só a nota e o acesso aos recursos públicos são as estratégias de atuação do projeto, mas também o desenvolvimento de uma atuação de parceria com os

municípios, com envolvimento diário e o estabelecimento de um canal de comunicação.

c. Adesão dos 645 municípios do Estado de São Paulo.

d. No primeiro balanço do projeto Município Verde Azul, 332 municípios cumpriram a maior parte das tarefas, elaborando seus planos de ação, o que lhes permitiu auferir uma nota, que varia de zero a 100. Destes 332, 44 municípios foram certificados pela SMA, pois alcançaram médias iguais ou superiores a 80, executando ações nas dez diretivas.

Em 2009, 570 municípios encaminharam os planos de ação, comprometidos com metas e programas municipais de gestão ambiental, um aumento de 70% em relação a 2008.

d. Em 2008 foi divulgado o primeiro ranking do Projeto Município Verde Azul. Em 2009 novos parâmetros para avaliação dos Planos de Ação Ambiental foram estabelecidos, constando na Resolução SMA 55/2009.

A divulgação do segundo ranking ambiental dos municípios paulistas com a avaliação de 570 municípios do estado resultou na certificação de 156, um aumento de 254% em relação a 2008, tendo como principais resultados:

- Aumento de 107% no número de Conselhos Municipais, o que significou a ampliação da participação da sociedade civil na política ambiental municipal, que em 2007 eram 236 e em 2009 passaram a ser 490, cumprindo a meta de ter 75% dos municípios com conselhos municipais;

- Aumento de 150% do número de estruturas ambientais criadas nos municípios para trabalhar a gestão ambiental, ampliando de 182 para 455, dados de 2007 e 2009, respectivamente, atingindo 70% dos municípios;

- Entre 2008 e 2009 houve um aumento de:

- 68% nas ações de mata ciliar; sendo no ano de 2009 o total de 470;
- 48% no combate ao desperdício de água, tendo 416 em 2009;
- 98% nos viveiros municipais, totalizando 427 neste ano de 2009;

- o 229% nas ações de inspeção veicular, com 365 experiências no último ano;
 - o 219% nas ações para comercialização da madeira legal, com 345 no ano de 2009;
 - o 215% na proteção de nascentes, com 409 ações no último ano, totalizando 86.070 nascentes protegidas e georreferenciadas no estado, uma média de 210 nascentes por municípios, atendendo a meta estabelecida no Projeto Mata Ciliar.
- e. A nota média dos municípios no ranking ambiental aumentou de 51,5 para 62,6, mesmo com critérios mais rigorosos no último ano.
- f. Em 2010 a equipe do Projeto Município Verde Azul retorna aos municípios para discussão dos critérios que serão avaliados em 2010, com 16 reuniões com interlocutores nas diversas bacias hidrográficas, para o novo ranking ambiental paulista, a ser divulgado no final de 2010.
- g. Os novos parâmetros para avaliação dos Planos de Ação Ambiental, para o ano de 2010, foram estabelecidos com a publicação da Resolução SMA 17/2010.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	350.000,00	243.128,00
2009	100.008,00	66.695,30
2010	-	-

16 – Onda Limpa

Justificativa

A diversidade e a riqueza dos ecossistemas costeiros conferem a essas regiões atributos paisagísticos únicos, destacados pelo seu valor e pela sua fragilidade

ambiental. Várias são as ameaças a este patrimônio, em especial as frequentes pressões de ocupação humana com alterações cada vez mais evidentes expressas na sua paisagem.

Nos últimos anos verifica-se uma tendência de queda da balneabilidade no Estado de São Paulo. Enquanto que em 2007, 38% do total das praias existentes estavam próprias para banho em 100% do tempo, em 2008 verificou-se que apenas 24% estavam.

É possível inferir que no litoral esta tendência esteja relacionada com o afluxo de turista cada vez maior, que não é acompanhado na mesma velocidade pela ampliação do sistema de saneamento, que associadas às constantes chuvas, principalmente na época do verão, resultam também na balneabilidade inadequada de algumas praias do litoral paulista.

Dentre as 295 praias existentes no litoral paulista, atualmente a CETESB monitora 136.

Objetivo

Este projeto tem como objetivos efetivar ações e implementar instrumentos que possam garantir a melhoria da qualidade ambiental do litoral paulista e da balneabilidade das praias, respeitando as especificidades das três regiões: Litoral Norte, Baixada Santista e Litoral Sul; promovendo a integração dos vários órgãos envolvidos, estabelecendo sinergia das ações que ocorrem na região, consolidando parcerias com as Secretarias Estaduais de Saneamento e Energia, Habitação, Segurança Pública, Saúde e entidades privadas; envolver os municípios na defesa da qualidade das praias.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Diagnosticar as principais causas da queda da balneabilidade das praias;
2. Reduzir do número de praias com bandeira vermelha e recuperar a qualidade

dos rios e córregos que deságuam nas praias;

3. Propor e executar instrumentos de gestão.

Ações realizadas

1. Elaboração da Avaliação Ambiental Integrada dos programas, projetos e atividades do Litoral Norte.

2. Elaboração do diagnóstico dos principais fatores que prejudicam a balneabilidade das praias litorâneas.

3. Implantação do Projeto Marinas, com o objetivo de controlar potenciais fontes de poluição causadas pelo segmento náutico (marinas, garagens náuticas, iate clubes e outras instalações de apoio náutico), possibilitando a gestão integrada entre Estado e município, envolvendo, de forma participativa, todos os atores da atividade náutica.

Iniciado no Litoral Norte, o projeto foi expandido para a Baixada Santista e visa além do controle da poluição, garantir adequações ambientais das instalações e procedimentos das atividades de apoio náutico. A mudança de postura ambiental e a incorporação de boas práticas de gestão contribuirão na melhoria da qualidade dos ambientes costeiros do litoral paulista.

Resultados obtidos e esperados

a. Na elaboração do diagnóstico, verificou-se que a Sabesp tem planos de investimentos para a região, com a ampliação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Nos municípios do litoral norte, em 2015 a maior parte da demanda atual será atendida: Ilhabela, que hoje conta com 4% de coleta e tratamento de esgoto deverá chegar em 71%; São Sebastião, de 43% deverá ter atendimento de 75% de coleta e tratamento de esgoto em 2015; Ubatuba aumentará sua coleta e tratamento de 30% para 63%; e Caraguatatuba, de 39% para 81% de coleta e tratamento em 2015, de acordo com os dados da Sabesp. Para a melhoria

posterior destes sistemas, falta uma atuação em áreas isoladas, com sistemas autônomos de tratamento de esgoto.

b. Na Baixada Santista o programa Onda Limpa tem previsto o investimento de R\$ 2 bilhões na região, para ampliação do sistema de saneamento.

c. Outro tema que influencia diretamente na balneabilidade são as ocupações irregulares nas áreas de drenagem e ciliares dos principais rios que deságuam no mar. Uma parceria da CDHU com as prefeituras para o atendimento desta demanda resultaria em melhorias significativas na região.

Execução orçamentária: Não há previsão orçamentária

17 - Pesquisa Ambiental

Justificativa

Atualmente o Estado de São Paulo conta com um elevado potencial de pesquisa científica, com um total de 229 pesquisadores, a maioria deles tendo título de doutor e mestre. Na área de vegetação (botânica e florestal) este contingente se constitui na principal força de pesquisa, superando em número as universidades.

Com apoio financeiro e institucional, essa mão de obra altamente qualificada pode contribuir significativamente para a ampliação do conhecimento sobre os seres vivos, biomas e ecossistemas do Estado de São Paulo, dando condições a uma gestão ambiental amparada no conhecimento científico e tecnológico.

Objetivo

Valorizar a pesquisa ambiental, priorizando o trabalho científico como um instrumento de apoio ao governo é o foco principal deste projeto. Quatro linhas

de pesquisa foram priorizadas: biodiversidade, recursos hídricos, bioprospecção e mudanças climáticas globais.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

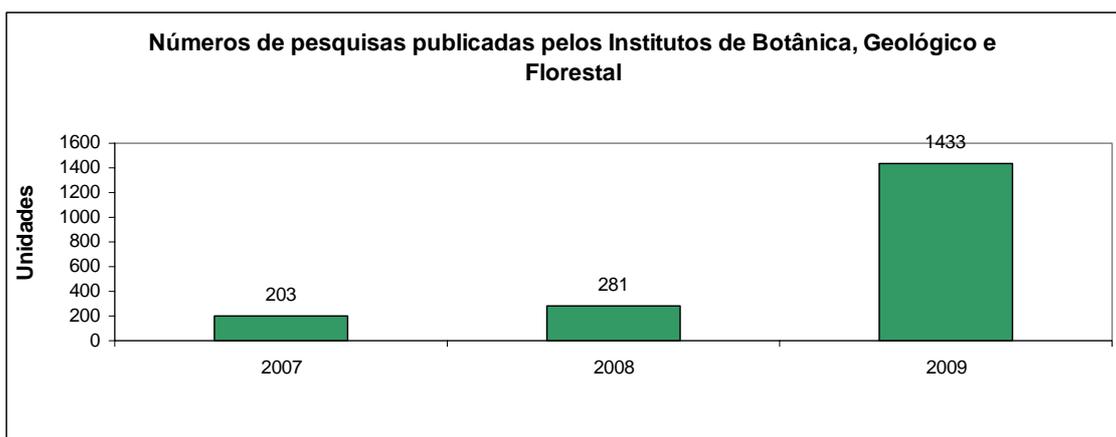
1. Constituir e implantar o Conselho Científico de Pesquisa Ambiental;
2. Aumentar de 500 para 1.000 a carteira de programas e projetos de pesquisa e publicações nas áreas de: biodiversidade e conservação, aquecimento global e seqüestro de carbono, novos produtos e bioprospecção e recursos hídricos;
3. Instituir programas específicos de pesquisa.

Ações realizadas

1. Implantação do Conselho Científico de Pesquisa Ambiental, envolvendo os institutos de pesquisa da SMA, as universidades públicas estaduais, a Fapesp e o setor privado, instituído pelas Resoluções SMA 39/2007, 44/2007 e 29/2009.
2. Publicação do primeiro livro do Conselho: “Memórias do Conselho Científico da Secretaria do Meio Ambiente: A síntese de um ano de conhecimento acumulado”.
3. Publicação do Inventário Florestal de Vegetação Nativa do Estado de São Paulo, referente aos dados de 2008/2009.

Resultados obtidos e esperados

- a. O fomento a pesquisa e a instituição de programas específicos, como nas áreas marinhas e no cerrado, têm resultados importantes nesta gestão com aumento significativo das pesquisas publicadas pelo Sistema de Meio Ambiente:



Fonte: Plano Plurianual

b. Para 2010 o Projeto tem o objetivo de estruturar linhas de pesquisa sobre fauna silvestre, áreas marinhas e mudanças climáticas.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	4.694.407,00	3.434.048,00
2009	4.397.039,00	3.249.342,92
2010	2.849.775,00	-

18 - Reforma Administrativa

Justificativa

As novas atribuições e demandas ambientais do Estado de São Paulo exigiram uma estrutura mais adequada para o planejamento e implementação da agenda ambiental, sendo capaz de orientar ações governamentais na busca da melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento sustentável.

Objetivo

Oferecer à Secretaria uma estrutura funcional eficiente, fortalecendo o sistema

estadual de meio ambiente é o objetivo deste projeto.

Meta a ser cumprida até dezembro de 2010

1. Melhorar a gestão da Secretaria tornado-a mais ágil, eficiente e formuladora de políticas públicas.

Ações realizadas

1. Aprovação da reforma da Secretaria pelo Decreto Estadual nº. 53.027/2008, e posteriormente pelo Decreto Estadual nº 54.653/2009, que deram destaque a quatro áreas na Secretaria do Meio Ambiente: a educação ambiental, o planejamento estratégico, a proteção e recuperação da biodiversidade.

2. Aprovação do Decreto Estadual nº 55.165/2009 que reorganiza o Instituto de Botânica.

3. Aprovação do Decreto Estadual nº 55.640/2010 que reorganiza o Instituto Geológico.

4. Realização do concurso público e nomeação de 300 cargos de “Especialistas Ambientais” fornecendo o quadro básico da SMA.

A contratação dos novos funcionários fortaleceu as equipes de planejamento, de recuperação da biodiversidade, de recursos hídricos e de educação ambiental. Cabe destacar que do total, 159 funcionários foram alocados para Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, para a proposição de políticas ambientais e para fiscalização, sendo 100 nos nove centros regionais. Para a Coordenadoria Planejamento Ambiental foram 44 especialistas ambientais e 41 para a Coordenadoria de Educação Ambiental, sendo 20 para os Comitês de Bacia Hidrográficas e o restante para sede. A Coordenadoria de Recursos Hídricos conta com 36 especialistas ambientais, sendo 21 alocados também nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Além disto, 10 especialistas desenvolvem tarefas ligadas ao Gabinete; seis estão no Instituto de Botânica e quatro no Instituto

Geológico.

5. Para reforçar a equipe dos Institutos, foi realizado um concurso para 100 vagas, que aguardam a autorização para nomeação.

Resultados obtidos e esperados

a. A proposição e estruturação de um modelo de gestão para o Sistema de Meio Ambiente, atualmente em funcionamento.

b. A unificação do sistema de recursos hídricos, tendo o órgão ambiental como ente responsável pela outorga do uso da água é um ponto pendente neste projeto que deve ser efetivado em 2010, com a aprovação de uma minuta de decreto que já está em discussão.

Execução orçamentária: Não há previsão orçamentária

19 - Respira São Paulo

Justificativa

A poluição do ar é um dos impactos ambientais mais sentidos pela população do Estado de São Paulo, principalmente nas grandes cidades e em regiões de queimadas. Embora os dados da CETESB indiquem uma melhoria para alguns poluentes nos últimos dez anos, os níveis atuais continuam afetando diretamente a saúde das pessoas, causando aumento de atendimentos médicos, internações e mortes.

O material particulado e o ozônio são os dois poluentes que mais ultrapassam os padrões de qualidade do ar e que, portanto devem ser alvos de ações que visem minimizar as emissões das principais fontes causadoras do problema.

Objetivos

Este projeto tem como objetivos controlar nas regiões metropolitanas a poluição atmosférica causada pela emissão de poluentes veiculares e de indústrias; intensificar a fiscalização com apoio do policiamento ambiental e usar novas tecnologias para controle da poluição; estabelecer metas de redução e neutralização para as indústrias mais poluentes.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Aperfeiçoar e ampliar a rede de monitoramento da qualidade do ar da CETESB;
2. Elaborar o inventário dos 100 maiores emissores de Dióxido de Carbono;
3. Implantar um programa de fiscalização de fumaça preta com opacímetro;
4. Executar campanhas educativas;
5. Reformular o PMMVD – Programa de Melhoria da Manutenção de Veículos Diesel.

Ações realizadas

1. Elaboração do inventário dos 100 maiores emissores de CO₂, selecionando 371 empresas do Estado a partir da relação de indústrias com maior potencial poluidor, sendo que destas, 329 empresas preencheram voluntariamente as informações que permitiram a elaboração desse levantamento.

Considerando o consumo de combustível e a produção industrial informada por cada empresa, verificou-se que 60% das emissões são advindas da queima de combustível para fornecimento de energia e 40% da produção industrial, sendo os setores petroquímicos, minerais não metálicos, aço e ferro gusa os maiores emissores.

2. Realização das Operações Inverno.

Entre 2007 e 2009 foram diversas megaoperações de fiscalização com a metodologia de Escala de Ringelmann, algumas delas com abordagem do motorista. Ao total foram analisados mais de 160 mil veículos a diesel na Região Metropolitana de São Paulo e nas rodovias de maior movimento no interior do Estado. Destes, aproximadamente sete mil veículos, ou 4,5% da frota fiscalizada foram autuados por emitir fumaça acima do limite estabelecido pela legislação ambiental.

3. Expansão da rede de monitoramento da qualidade do ar, com 12 novas estações.

4. Execução do Programa Piloto de Opacidade em parceria com a Robert Bosch, para testar novas tecnologias de fiscalização de fumaça.

5. Proposição e aprovação do Decreto Estadual nº 54.487/2009 que institui, alternativamente, o opacímetro como instrumento de fiscalização de fumaça.

6. Implantação do novo sistema de informações de qualidade do ar – QUALAR, onde o cidadão pode verificar online as condições da qualidade do ar e meteorológicas medidas na estação de monitoramento mais próxima. O sistema permite um acesso total do público externo, via internet, às informações dos dados em tempo real e dos resultados das medições dos últimos 10 anos para a maior parte dos poluentes das redes automáticas e manuais, gerando gráficos de tendências, apontando a frequência de ultrapassagens dos padrões e verificando as condições de saturação de cada município.

7. Operacionalização do novo PMMVD – Programa para a Melhoria da Manutenção de Veículos Diesel – que após sua plena implantação deverá resultar na duplicação do número de oficinas participantes, inserção dos centros de inspeção de veículos diesel e aprimoramento da metodologia de trabalho para correta regulação de motores a diesel.

8. Envio à Assembléia Legislativa do Projeto de Lei que institui a Inspeção Veicular no Estado de São Paulo. O programa proposto se aplica aos municípios paulistas com menos de três milhões de veículos e visa controlar a emissão de

gases poluentes e ruídos da frota em uso, já que a Lei Federal vigente se aplica aos municípios com frota superior a três milhões de veículos, apenas à capital.

Resultados obtidos e esperados

a. O projeto foi concebido para prover ferramentas estruturais para melhoria da gestão da qualidade do ar e propor ações diretas e indiretas de controle das fontes de poluição do ar. No primeiro caso, pode-se destacar: melhoria do inventário de emissões; ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar; elaboração de cenários com estimativas das reduções de emissões e introdução de novos dispositivos legais.

As ações de controle são as medidas diretas como a intensificação da fiscalização da emissão de veículos diesel com a Escala de Ringelmann; a introdução do opacímetro como instrumento de fiscalização; as ações de conscientização de condutores e a ampliação do programa com as oficinas mecânicas.

b. Os principais resultados obtidos nas últimas Operações Inverno são demonstrados abaixo:

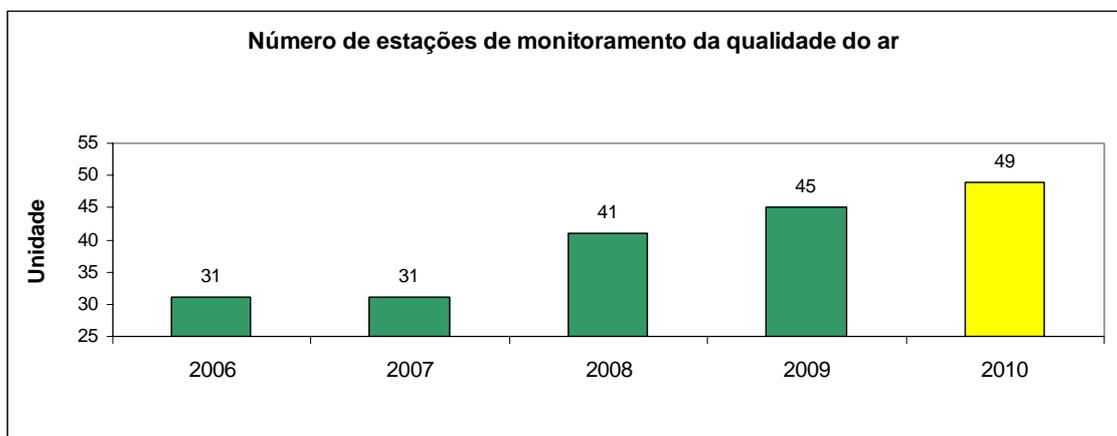
Ação	2005	2006	2007	2008	2009
Autuações nos comandos	145	320	2.322	1.628	2.965
Comandos de fiscalização	3	7	13	18	4
Megacomandos	0	0	3	3	2
Veículos Inspeccionados com Escala de Ringelmann	84	300	438	461	0*

Fonte: CETESB

*Diferentemente das demais operações foram realizadas apenas abordagens diretas dos veículos para autuação.

c. Expansão de 30% da rede de monitoramento da qualidade do ar, com a

instalação de doze estações fixas de monitoramento em Araçatuba, Araraquara, Bauru, Catanduva, Jaú, Jundiaí, Marília, Paulínia, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto e complementarmente duas estações móveis.



Fonte: CETESB. Para o ano de 2010 trata-se de uma estimativa

A previsão é encerrar o ano de 2010 com 49 estações de monitoramento, entre fixas e móveis.

Execução orçamentária: sem orçamento específico, estando vinculados aos investimentos da CETESB de qualidade ambiental

20 - São Paulo Amigo da Amazônia

Justificativa

A “Amazônia Legal” é o segundo maior produtor de madeira tropical do mundo, ficando atrás apenas da Indonésia, cujo consumo anual de madeira em tora tem superado 30 milhões de metros cúbicos. No Brasil, o consumo anual de madeira em tora é de 24,5 milhões cúbicos. No Brasil, o Pará é o principal estado produtor de madeira amazônica, representando 45% do total produzido. Em seguida aparece o Mato Grosso com 33% da produção, enquanto Rondônia

ocupa o terceiro lugar com 15%.

Em 1998, apenas 14% do volume total produzido no Brasil era exportado. Em 2004, essa proporção atingiu 36%. Verificou-se que os principais destinos dos produtos madeireiros exportados pela Amazônia Legal são os Estados Unidos (31%), seguido pela China (12%) e pela França (11%).

O mercado nacional absorveu 64% da madeira processada na Amazônia, sendo o Estado de São Paulo o maior consumidor de madeira amazônica, responsável por 15%.

Paralelamente, verifica-se que o Estado de São Paulo possui áreas com plantios homogêneos de espécies madeireiras de rápido crescimento (aprox. 700.000 ha), entretanto, a maior parte deles é direcionada à produção de papel e celulose, de modo a não suprimir a demanda por madeira para outros fins.

Por isso a importância de criar mecanismos que reduzam a demanda por madeira de origem amazônica no âmbito do Estado de São Paulo.

Objetivo

Este projeto visa desenvolver estratégias para reduzir a demanda por madeira; intensificar a fiscalização da Polícia Militar Ambiental na entrada de madeira ilegal da Amazônia no território paulista; fiscalizar as madeireiras que comercializam no atacado; incentivar o empreendimento de florestas plantadas, bem como valorizar empresas que utilizem madeira sustentável.

Metas a serem cumpridas até dezembro de 2010

1. Implementar ações visando a diminuição da utilização e da comercialização de madeira proveniente da região amazônica.
2. Fiscalizar o transporte e o comércio ilegal de madeira de origem nativa.

Ações realizadas

1. Regulamentação e implantação da Reposição Florestal, procurando aliviar a pressão sobre os ecossistemas naturais com incentivo ao plantio de espécies adequadas ou compatíveis com a demanda, visando repor o que é utilizado nos fornos, caldeiras, entre outros, outra linha de atuação do projeto.

Tendo como principal objetivo estabelecer o abastecimento contínuo do estoque de matéria prima florestal aos diversos segmentos consumidores, o projeto tem como base o plantio obrigatório de árvores em volume equivalente ao utilizado por quem consome produtos ou subprodutos de origem florestal, instituído pela Lei Estadual nº 10.780/2001 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 52.762/2008.

2. Regulamentação e instituição do CadMadeira - Cadastro Estadual da

Madeiras Paulistas - que atesta com um selo verde - Madeira Legal  - as empresas que comercializam material de origem nativa sustentável, de acordo com o Decreto Estadual nº 53.047/2008.

O objetivo é de incentivar o consumo sustentável, divulgando à sociedade aquelas madeiras que comercializam legalmente a madeira nativa, e a partir de junho de 2009, o próprio governo, ao consumir madeira nativa, consulta se a empresa está legalizada no CadMadeira.

3. Instituição da Câmara Técnica de Assuntos Florestais visando o envolvimento do setor madeireiro com um fórum de discussão sobre as políticas florestais, visando integrar as ações e programas relacionados ao tema, bem como acompanhar o CadMadeira.

4. Intensificação da vigilância na entrada de madeira ilegal da Amazônia, cercando as rodovias, em operações da Polícia Militar Ambiental, e a fiscalização de madeiras que comercializam no atacado, exigindo-se o cumprimento da legislação ambiental.

Este projeto utilizou um mecanismo inovador para a fiscalização que permitiu constatar as fraudes nos documentos florestais, a partir da verificação da “identidade” da madeira, contrapondo ao descrito no documento florestal, uma especialidade dos pesquisadores do Instituto Florestal.

5. Realização de treinamento para aprimorar as ações de fiscalização da comercialização ilegal da madeira de origem amazônica, com 180 policiais militares, associada à aquisição de equipamentos tecnológicos para a fiscalização à distância, permitindo, assim, a ampliação da atuação.

6. Realização de acordos com a CDHU, SECOVI e SINDUSCON, visando à redução do consumo no Estado de São Paulo de madeira ilegal, com incentivo a construção sustentável, a partir de acordos valorizando a utilização de materiais alternativos à madeira nobre.

7. Adesão, do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, ao protocolo de cooperação com a Prefeitura de São Paulo e mais 19 entidades, dentre elas entidades ambientalistas e associações de construção civil, para o incentivo ao uso de madeira legal.

8. Adesão ao Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia Brasileira, idealizado por nove entidades ambientalistas, lideradas pelo Greenpeace, sendo São Paulo o primeiro Estado não Amazônico a cooperar.

Resultados obtidos e esperados

a. Inicialmente como uma atuação específica do IBAMA, tendo como principal instrumento o DOF – Documento de Origem Florestal, o assunto passou a ser internalizado nesta gestão. Este projeto permitiu a implantação da gestão estadual da madeira associada a uma aproximação com o setor.

b. Cadastramento de 3.000 estabelecimentos que realizarão a Reposição Florestal, o que resulta no plantio de 3.800.000 árvores.

c. Cadastramento de 121 centros comerciais no CadMadeira.

- d. Apreensão de 8.929 toneladas de madeira ilegal nas operações de fiscalização.
- e. Está em fase de discussão a proposição de um programa de silvicultura sustentável para o estado, visando o fomento de florestas plantadas para o uso como madeira, e não apenas para papel e celulose.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	892.000,00	755.741,00
2009	640.343,00	581.548,80
2010	790.341,00	-

21 - Serra do Mar

Justificativa

O Parque Estadual da Serra do Mar, instituído pelo Decreto nº 10.251/1977, possui uma extensão de 350 mil hectares, envolvendo 23 municípios. Como um importante corredor de biodiversidade, que vai do Paraná ao Rio de Janeiro, é a maior unidade de conservação de proteção integral da mata atlântica.

O Parque Estadual da Serra do Mar é uma das unidades de conservação com maior biodiversidade. Foram catalogadas 373 espécies de aves, 111 de mamíferos, 144 de anfíbios e 46 de répteis. Este Parque contribui para a conservação de 19% do total de espécies de vertebrados de todo o Brasil e 46% de toda a Mata Atlântica. Protege 53% das espécies de aves, 39% dos anfíbios, 40% dos mamíferos e 23% dos répteis registrados em todo o bioma. Das 704 espécies de vertebrados registradas no Parque, 70 (10%) estão compreendidas nas listas de espécies ameaçadas (internacional, nacional ou estadual), sendo 42 espécies de aves, 21 de mamíferos, quatro de anfíbios e três de répteis.

Por estar próximo aos centros urbanos, o Parque Estadual da Serra do Mar está constantemente sob pressão, o que coloca em risco a conservação desta área.

Algumas áreas são mais sensíveis, como em Cubatão, onde há um menor remanescente, com ocupações em algumas áreas protegidas.

Frente à crescente ocupação e pressão que existe no Parque Estadual da Serra do Mar, são necessárias ações para recuperar e proteger esta área, colaborando para a preservação da parte mais significativa da Mata Atlântica ainda preservada no Estado de São Paulo.

Objetivo

Este projeto tem como objetivos recuperar as áreas ocupadas nas encostas do Parque Estadual da Serra do Mar, eliminando riscos para as precárias moradias; proteger a biodiversidade e a oferta de água, restauração de áreas degradadas, com projetos de educação ambiental para a população local. Um dos principais parceiros neste projeto é a Secretaria de Habitação/Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU.

Metas

1. Intensificar a fiscalização evitando novas invasões no Parque Estadual da Serra do Mar;
2. Recuperar áreas que terão habitações irregulares removidas pela CDHU;
3. Construir um Jardim Botânico;
4. Remover ocupações irregulares no Parque Estadual da Serra do Mar;
5. Implementar ações de educação ambiental.

Ações realizadas

1. Intensificação da fiscalização ambiental, num esforço de congelamento das ocupações em áreas irregulares do Parque Estadual da Serra do Mar,

principalmente em Cubatão. Contingente de 100 policiais ambientais cercou as áreas invadidas.

De abril de 2007 a maio de 2009 verificou-se 43 tentativas de ampliação de residências ou de novas construções não autorizadas, que foram reprimidas pela Polícia Ambiental e Territorial.

2. Aquisição de 34 novas viaturas para as equipes de policiamento ambiental da Serra do Mar. Para o reforço da gestão do Parque Estadual da Serra do Mar, novas bases de vigilância e também de uso público deverão ser implantadas, além dos 14 veículos já adquiridos para os gestores dos núcleos do parque.

3. Início da realocação das famílias que ocupam áreas irregulares.

Em dezembro de 2009 iniciou-se a realocação de 20 famílias no Parque Estadual da Serra do Mar, no município de São Bernardo do Campo e até maio de 2010, 329 famílias dos Bairros-Cota, Água Fria e Grotão foram realocadas em conjuntos habitacionais localizados na Baixada Santista e na Região do ABCD. Até o final de junho de 2010, mais 110 famílias serão realocadas. No segundo semestre de 2010 a previsão é de realocação de 1.000 famílias, sendo que algumas permanecem no município de Cubatão.

4. Início da realização do reflorestamento pelo IF e pela FF, com 270 mil mudas. Até o final do projeto, está previsto o plantio de três milhões de mudas no Parque Estadual da Serra do Mar, com 15 a 20 espécies nativas de médio porte com crescimento rápido que deverão ser plantadas nestas áreas.

5. Realização do trabalho de educação ambiental junto à população envolvida, conscientizando-a da necessidade da preservação da biodiversidade e da garantia da oferta de água, com cerca de 3.600 pessoas, capacitadas em educação ambiental, e 50 jovens em educação ecoprofissional.

6. Elaboração do projeto do Jardim Botânico, onde hoje se encontra o Bairro Água Fria. De acordo com o projeto básico, o Jardim Botânico deverá contar

com oito estruturas e o Museu da Mata Atlântica. Casas históricas serão preservadas e os entulhos serão reutilizados.

Resultados obtidos e esperados

a. O projeto Serra do Mar representa a maior ação de realocação de moradores em áreas de risco e remanescentes florestais e uma importante ação de recuperação florestal da região. Um processo contínuo que inicia agora.

b. Cerca de 5.350 famílias serão removidas entre 2009 e 2012, especialmente nos bairros de Cubatão conhecidos como Cotas 500 e 400, Cota 200, Cota 100 e 95 e Pinhal do Miranda, Água Fria, Sítio dos Queirozes e Pilões e outras 2.410 permanecerão a partir do investimento do Governo do Estado na urbanização dessas áreas irregulares, construindo toda a infra-estrutura de um bairro, com água, esgoto, ruas e equipamentos sociais (educação, saúde e lazer).

c. A partir de 2010, em parceria com a Secretaria de Habitação e a CDHU o projeto passa a contar com o financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Empréstimo previsto no valor de R\$ 1 bilhão.

Execução orçamentária

Ano	Dotação Anual	Total Executado
2008	12.528.521,00	8.986.187,41
2009	18.197.990,00	16.681.842,87
2010	104.997.813,00	-

3. Ações Supletivas do Sistema Estadual de Meio Ambiente

Em cada área de atuação da SMA, seja na administração direta seja nas unidades descentralizadas ou vinculadas, ações ambientais relevantes complementam a execução dos 21 PAEs. Tais ações supletivas se encontram arroladas a seguir, aglutinadas nos órgãos que por elas se responsabilizam.

3.1. Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA)

O planejamento ambiental cuida, essencialmente, da visão de futuro dentro do sistema estadual do meio ambiente. Estabelece diretrizes, propõe normativas, articula atores, sugere caminhos para o desenvolvimento sustentável. Em sua atuação pode-se destacar:

a) instituição do Selo Socioambiental nas compras públicas, com o objetivo de identificar itens de menor impacto sobre os recursos naturais, minimizar a geração de resíduos e a emissão de poluentes. O selo já está disponível para visão pública no Catálogo de Materiais e Serviços – CADMAT utilizado pelo Governo do Estado de São Paulo e que pode ser acessado na Bolsa Eletrônica de Compras – BEC, facilitando a escolha de produtos, materiais e serviços que contemplem critérios socioambientais por parte dos compradores governamentais. Na consecução do Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis, criado pelo Decreto 53.336/2008, a CPLA é responsável pela identificação dos itens aptos a receberem o Selo de Responsabilidade Socioambiental.

b) elaboração do Painel de Qualidade Ambiental, que visa tornar pública, de forma simples e objetiva, as principais informações ambientais do Estado de São Paulo a partir do acompanhamento de 21 indicadores básicos, que deverá ter edição anual, de acordo com a Resolução SMA 72/2009. A elaboração do Painel de Qualidade Ambiental contou com a colaboração de todas as áreas do Sistema de Meio Ambiente, tornando-se um importante instrumento de avaliação das

políticas ambientais.

c) assinatura, com o setor empresarial, do Protocolo da Construção Civil visando melhores práticas de construção sustentável, associada à capacitação do corpo técnico da administração direta e indireta.

d) assinatura, com o setor empresarial, do Protocolo da Mineração visando práticas sustentáveis na extração dos recursos minerais, concretizado em 2008.

e) proposição das metodologias para as Avaliações Ambientais Estratégicas, que implicam na análise integrada dos impactos ambientais e socioeconômicos advindos dos empreendimentos humanos, considerando-se a inter-relação e a somatória dos efeitos ocasionados num determinado território para o desenvolvimento sustentável. Neste âmbito, também estão em fase de elaboração os Zoneamentos Ecológico Econômicos, por Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

f) elaboração dos Cadernos de Planejamento Ambiental das UGRHIs do Estado de São Paulo, composto pelo diagnóstico, mapeamento das dinâmicas territoriais, levantamento das políticas públicas existentes, projeção de cenários, indicadores, e com a proposição de um zoneamento ecológico econômico e de diretrizes para implantação de planos de ação e gestão. Já concluído o Caderno da UGRHI 01 – Mantiqueira e o próximo será da UGRHI 02 - Paraíba do Sul.

g) Elaboração do caderno “Economia Verde: desenvolvimento, meio ambiente e qualidade de vida no Estado de São Paulo”, propondo políticas e ações para o desenvolvimento sustentável, com a definição de estratégias para crescimento econômico, emprego e renda, pesquisa e inovação tecnológica e qualidade ambiental.

3.2. Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA)

A constituição da Coordenadoria de Educação Ambiental elevou a capacidade de trabalho pedagógico no Sistema Estadual de Meio Ambiente. Esta

atuação prioritária com educação ambiental decorre da aprovação da Lei 12.780/2007, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental, com a devida importância aos processos permanentes de aprendizagem e construção de novos valores para a sociedade sustentável.

Em seu início de atividades, deve-se destacar:

a) criação do CadEA - Cadastro das Entidades Ambientistas, importante auxiliar na luta pela conscientização e mobilização da sociedade civil, pela Resolução SMA 75/2009. Pelo cadastro, as entidades dedicadas às causas ambientais podem participar, dentre outras atividades, das capacitações oferecidas pela Secretaria e do Café Ambiental, um canal de comunicação direta entre a Secretaria do Meio Ambiente e as entidades ambientalistas. O cadastramento poderá resultar na emissão do Certificado de Reconhecimento das Entidades Ambientistas do Estado, o que dá o direito de isenção no Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD. Encontram-se até esta data 240 entidades ambientalistas cadastradas.

b) início das obras do novo Centro de Referências de Educação Ambiental (CEREA). Localizado no Parque Villa-Lobos, lá serão desenvolvidas atividades diversificadas, como biblioteca, videoteca, exposições temáticas itinerantes, mostras culturais, teatro, salas de aula para cursos e treinamentos, oficinas de arte e educação, auditório para realização de eventos como palestras e seminários. O projeto conta com um investimento de R\$ 5.807.000 milhões e tem previsão de inauguração para o segundo semestre de 2010.

c) publicação da série Cadernos de Educação Ambiental, com o objetivo de uniformizar e disseminar as informações sobre meio ambiente, abordando temas como aquecimento global, biodiversidade, consumo e desenvolvimento sustentável, energias renováveis, agricultura sustentável e mata ciliar, que deverão servir de suporte para pesquisadores, técnicos, professores, ambientalistas e outros profissionais. Já foram lançados três Cadernos: “As Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo”, “Ecocidadão” e “Unidades de Conservação”. Os próximos 4 títulos, todos no prelo, serão “Biodiversidade”,

“Ecoturismo”, “Guia Pedagógico do Lixo” e “Resíduos Sólidos”. As diversas áreas do Sistema de Meio Ambiente são os autores destes cadernos.

3.3. Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi)

O Estado de São Paulo é pioneiro na implantação da política que disciplina o uso e a gestão dos recursos hídricos no Brasil, com a democratização do processo de tomada de decisão e a descentralização das decisões. Existem 21 Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), coordenados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), todos compostos por representantes do Estado, dos Municípios e da Sociedade Civil Organizada.

O Sistema de Meio Ambiente passou a ser o responsável pela gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), que aplica recursos nos projetos definidos em cada Comitê de Bacia Hidrográfica. Em 2007 o recurso utilizado somou R\$ 41,9 milhões, passando para R\$ 54,4 em 2008 e R\$ 79,1 em 2009. Foram financiados 1.194 projetos nesse período. De maneira geral os recursos do FEHIDRO são destinados, principalmente, para: estudos e elaboração de projetos diversos; coleta e tratamento de esgoto; conservação do solo; educação ambiental; planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos.

Mais jovem integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente, a gestão dos recursos hídricos busca promover o gerenciamento e a integração da qualidade com a quantidade das águas superficiais e subterrâneas. Entre suas ações destacam-se:

a) mobilização dos municípios paulistas no “Pacto das Águas - São Paulo”, assumindo os compromissos de respeitar e perseguir os preceitos e demandas contidos no documento intitulado “Consenso de Istambul sobre Água”, aprovado pelo V Fórum Mundial da Água (2009), realizado em Istambul, na Turquia. As metas municipais foram definidas em função da análise dos Planos de Bacias e estão divididas em três blocos: saneamento, proteção das águas e projetos de

interesse local.

O prazo para alcance das metas acaba em dezembro de 2011, e os resultados serão apresentados no VI Fórum Mundial da Água em março de 2012 em Marselha - França. Até dezembro de 2009, houve a adesão de 597 municípios paulistas ao Pacto, enquanto isso, no resto do mundo o número de adesões é de 64.

b) articulação com a Agência Nacional de Águas e Governos dos Estados de Minas Gerais e do Paraná para a implantação dos Comitês de Bacia em Rios de domínio da União, quais sejam o Rio Grande e o Paranapanema. Os estudos básicos para a criação do Grande já foram entregues ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os estudos para proposição do Paranapanema estão em fase avançada devendo ser entregues ao CNRH até dezembro de 2010.

c) aprovação dos Planos de Bacias em todos os 21 CBHs paulistas, colaborando para a melhoria do processo de tomada de decisão para alocação dos recursos financeiros do FEHIDRO e o desenvolvimento do Relatório de Situação por Indicadores, com uma versão já publicada para o ano de 2007, em fase final a de 2008 e iniciando a de 2009, permitindo o acompanhamento do desempenho da política e das ações no Estado de São Paulo como um todo.

d) elaboração de Manual de Procedimentos, tornando-o mais claro e didático e incorporando diretrizes e condicionantes com foco em resultado.

e) instituição da Demanda Induzida para projetos de Revitalização de Bacias Hidrográficas, priorizando-se a atuação nos projetos de matas ciliares, proteção de nascentes e revitalização de córregos urbanos.

3.4. Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN)

Distinta, no novo modelo de gestão ambiental, das ações de licenciamento, a área dedicada à biodiversidade se organiza para promover a recuperação ambiental no território paulista. Com a unificação do licenciamento ambiental na

CETESB, a CBRN passou a ter um papel fundamental na elaboração de políticas para proteção dos recursos naturais, distribuídas em nove unidades descentralizadas, sediadas nos municípios de Campinas, Araçatuba, Santos, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Bauru, Taubaté, Sorocaba e Ribeirão Preto.

Entre suas ações, destacam-se:

- a) assunção das funções até então desempenhadas pelo IBAMA, como o gerenciamento do sistema DOF e as questões relacionadas à fauna silvestre, ambas consideradas fundamentais para a gestão ambiental.
- b) regulamentação da reposição florestal, através do Decreto nº 52.762/2008, que aprimora a verificação do cumprimento de exigências e termos de compromisso de recuperação ambiental firmados entre os recebedores de recursos e a administração pública.
- c) instituição do Decreto nº 53.939/2009, que dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural, compensação e composição da área de Reserva Legal de imóveis rurais no Estado de São Paulo, inovando ao propor mecanismos para regularização de reserva legal.

De acordo com este decreto, o proprietário ou possuidor de imóvel rural com área recoberta por vegetação nativa em extensão inferior ao mínimo de 20% (vinte por cento) estabelecido na legislação federal deverá adotar as seguintes alternativas, isolada ou conjuntamente: I - recompor a vegetação nativa no próprio imóvel; II - conduzir a regeneração natural; III - compensar a Reserva Legal a) por outra área equivalente em importância ecológica e extensão; b) mediante arrendamento de área sob regime de servidão florestal ou Reserva Legal; c) mediante aquisição de cotas de Reserva Legal, conforme disposto em regulamento específico; IV - adquirir e doar ao Estado áreas no interior de Unidades de Conservação de Domínio Público pendentes de regularização fundiária, conforme disposto no artigo 8º do referido decreto.

d) elaboração da Lista das Espécies Exóticas Invasoras e definição da Estratégia Estadual das Espécies Exóticas Invasoras, com participação de 300 especialistas, propondo uma estratégia paulista sobre Espécies Exóticas Invasoras, incluindo mapas com a espacialização das ocorrências e minuta da resolução SMA, em processo de discussão no CONSEMA.

e) definição, por meio da Resolução SMA 68/2009, de medidas mitigadoras para evitar o agravamento das pressões sobre áreas protegidas no litoral, estabelecendo que o licenciamento ambiental no litoral deve contemplar a avaliação dos impactos sociais e ambientais decorrentes da atração de mão-de-obra, condicionando a emissão da licença ambiental a proposição, pelo empreendedor, de solução habitacional, tanto na fase de instalação como de operação da atividade.

f) exigência da ampliação dos trabalhos de revegetação como medidas mitigadoras dos impactos causados por empreendimentos de mineração no Estado, pela Resolução SMA 28/2010, incluindo a criação do Sistema de Informações de Recuperação de Áreas Mineradas - SIRAM, com o objetivo de constituir um banco de dados representativo da situação da recuperação ambiental das áreas mineradas.

3.5. Instituto de Botânica (IBt)

Reorganizado pelo Decreto nº 55.165/2009, o Instituto de Botânica reforça seu papel como instituição de pesquisa e tem como principais ações:

a) Reforma e modernização do Jardim Botânico de São Paulo, ao completar 80 anos. Ganhou uma nova entrada e a antiga alameda, ornada por caramanchões, cedeu lugar a um *deck* de madeira de 240 metros, para acompanhar o Córrego Pirarungáua, que ganhou vida nova, ao ar livre, após permanecer canalizado por 70 anos.

b) Entre publicações científicas e de divulgação, destaca-se a publicação do livro “*Diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo*” numa atuação conjunta com o projeto BIOTA/FAPESP.

Criado em 1999 com o objetivo de estimular e articular projetos de pesquisa que pudessem contribuir para mapear e analisar a biodiversidade do estado foi proposto o Programa BIOTA/FAPESP, que além da fundação, envolveu as três universidades públicas estaduais – USP, UNICAMP e UNESP - e os institutos de pesquisa do estado, entre eles o de Botânica, Florestal e Geológico. O resultado foi apresentado em 2008, com proposição de diretrizes de conservação e restauração da biodiversidade paulista remanescente, associado à apresentação de mapas temáticos para proteção e restauração da biodiversidade. Esse trabalho tem embasado diversas ações da SMA, em suas políticas e projetos ambientais, colaborando para o planejamento ambiental do governo paulista.

c) em parceria com o Instituto Florestal, desenvolvimento do projeto de resgate e povoamento no Rodoanel Trecho Sul e o acompanhamento da evolução da cobertura vegetal.

3.6. Instituto Geológico (IG)

O IG sempre auxiliou a Defesa Civil do estado nas ações de redução dos impactos de desastres naturais, realizando cursos de treinamento voltados às equipes municipais e, inclusive, atendimentos emergenciais. Destacam-se:

a) mapeamento de áreas de risco de escorregamento, inundação e erosão de 14 municípios do Estado: Rincão, Sertãozinho, Bebedouro, Araraquara, Matão, Monte Alto, Fernando Prestes, Cândido Rodrigues, São Luiz do Paraitinga, Jambiero, Natividade da Serra, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

b) criação do Conselho Estadual de Monumentos Geológicos – CEMGEO, pela Resolução SMA 76/09, tendo como principal objetivo a identificação e a proteção do patrimônio geológico, associadas às atividades de gestão territorial.

3.7. Instituto Florestal (IF)

Com a transferência da responsabilidade da gestão das UCs para a Fundação Florestal, o Instituto Florestal retoma seu papel na elaboração de pesquisas e disseminação do conhecimento científico, na execução de ações para conservação, manutenção, proteção da biodiversidade. Para tanto, conta com 19 estações experimentais, 11 florestas estaduais, 6 hortos florestais, 1 parque (Alberto Loeffgren, na Cantareira) e 2 viveiros. Sua atuação tem colaborado na elaboração de planos de manejo das unidades de conservação de proteção integral e espeleológicas, bem como na elaboração de estudos para a proposição de novas unidades de conservação.

a) articulação de ações da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo – RBCV, promovendo uma série de seminários, cursos e treinamentos como o IV Seminário de Ecomercado de Trabalho pela Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade São Paulo. Com a participação de 200 pessoas, o evento contou com apresentação de diversas possibilidades de geração de renda no ecomercado de trabalho e as experiências dos estudantes do Programa de Jovens – Meio Ambiente e Integração Social (PJ-MAIS) com geração de renda.

b) elaboração do Inventário Florestal do Estado de São Paulo. Em 2007 foi elaborado Inventário Florestal do Litoral Paulista e em março de 2010 foi divulgado o novo Inventário Florestal.

No Inventário Florestal divulgado em 2005, referente aos dados de 2001/2002, foram verificados 3,45 milhões de hectares de cobertura vegetal no Estado de São Paulo, correspondente a 13,9% do território.

Em 2010, o novo Inventário Florestal, referente aos dados de 2008/2009, foram identificados 4,34 milhões de hectares de vegetação nativa, correspondendo a 17,5% do território do Estado de São Paulo.

Este aumento de 886 mil hectares entre os inventários é decorrente do aprimoramento das imagens e da metodologia e do aumento da cobertura vegetal

nativa, de 94,5 mil hectares, comprovando que no Estado de São Paulo há recuperação de sua cobertura florestal.

3.8. Fundação Parque Zoológico (FZOO)

O Zoológico do Estado de São Paulo possui, em média, uma visitação anual de 1.568.642 pessoas, entre adultos e crianças. Esse afluxo extraordinário, para assegurar bom atendimento, exige constantes reformas e instalações de novos recintos, atividades que fazem parte do dia a dia da Fundação.

a) instituição de um centro de estudos e conservação da fauna ameaçada de extinção denominado de Centro de Conservação da Fauna (CECFAU). Seus objetivos são os de proteção da natureza e manutenção do processo em um estado sem perturbações, visando proteger amostras ecológicas representativas do meio ambiente natural para estudos científicos, o monitoramento ambiental, a educação e a manutenção de recursos genéticos. Para as espécies ameaçadas de extinção, o CECFAU será um importante centro para reabilitação desta fauna, visando seu retorno à vida livre. A obra já foi iniciada e a primeira etapa, com os recintos para animais, centro veterinário e centros receptivos para os primatas, deverá ser entregue no segundo semestre de 2010.

b) certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) pela ISO 14001, em 2007, que foi obtida por apenas dez instituições do gênero em todo o mundo, sendo a única na América Latina. Para a manutenção do ISO 140001, diversas ações foram executadas, dentre elas a implantação de coleta seletiva, sistema de tratamento de esgoto e água, programa de redução de consumo de água, evitando desperdícios, associada à instalação de equipamentos de reuso, e a construção de uma unidade de produção de compostos orgânicos, onde é processado o resíduo orgânico gerado no Parque e no Zôo Safári, que é transformado em adubo, sendo utilizado em áreas do parque e da unidade de produção rural, em Araçoiaba da Serra.

3.9. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (FF)

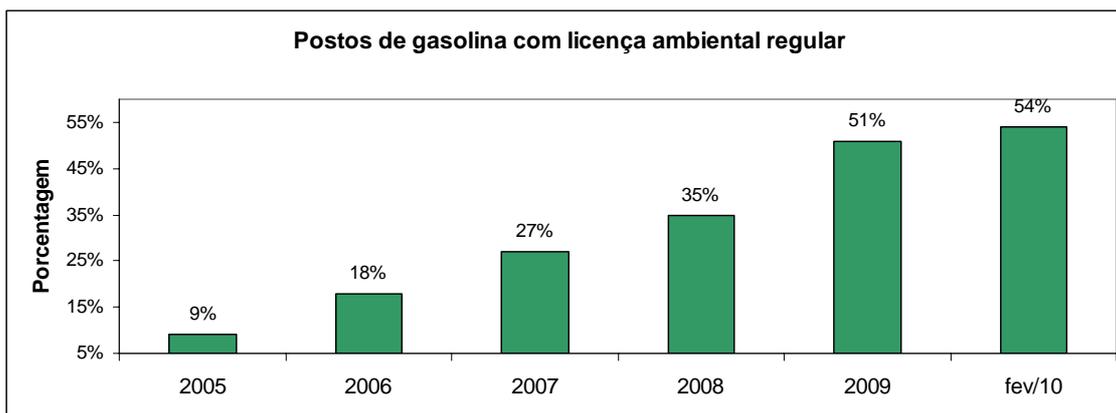
A Fundação Florestal passou a se responsabilizar pela gestão ambiental dos 4,56 milhões de hectares protegidos em unidades de conservação, incluindo as APAs. Em decorrência, seu esforço na melhoria dos processos administrativos tem sido enorme. Destaca-se:

- a) adequação da estrutura a partir do fortalecimento organizacional, com contratação de novos 25 gestores dos parques e a aprovação do concurso público com 117 novas vagas e normatização dos processos.
- b) repovoamento do palmito Jussara (*Euterpe edulis*) no Parque da Serra do Mar, com o plantio de 10.452 mudas, associado a ações de educação ambiental.
- c) Com a Lei Estadual 12.810/2008, os limites do Parque Estadual do Jacupiranga foram ampliados com a instituição do Mosaico do Jacupiranga, composto por 14 unidades de conservação, que estão com seus planos de manejo em fase de elaboração.

3.10. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB)

Paralelamente à unificação do licenciamento ambiental, na CETESB houve continuidade de sua atuação para a melhoria da qualidade ambiental de São Paulo. A seguir são explicitadas algumas ações:

- a) grande destaque é o reforço e o maior rigor na fiscalização de postos de combustíveis que já demonstram resultados importantes: em 2007 apenas 27% dos postos funcionavam com LO, a licença de operação. Em dois anos, com a intensificação das ações, esta percentagem subiu para 54%, conforme o gráfico demonstra a seguir.



Fonte: CETESB

Desde 2008, quando a CETESB iniciou as operações de interdição de postos de combustíveis, 136 estabelecimentos foram lacrados no Estado, sendo, 12 em 2008, 80 em 2009, e 44 no início de 2010.

Atualmente, existem 7.876 postos de combustíveis no Estado. Deste total, 7.540 são postos privados, sendo que 4.228 possuem licenças ambientais e estão regularizados perante a CETESB. Outros 2.232 estão com os processos de licenciamento em análise e 1.080 ainda não procuraram a Companhia com o objetivo de solicitar as mesmas. Até o final do primeiro semestre de 2010, todos os postos de gasolina terão sido fiscalizados.

b) sanção da Lei 13.577/09, pelo Governo do Estado de São Paulo, que dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas. A nova norma trata da definição e caracterização de áreas contaminadas, da instituição de um cadastro público para divulgação destas áreas, da responsabilidade do poluidor quanto à identificação e a remediação dos locais identificados como contaminados, da classificação dessas áreas pelo risco que oferecem, da criação do Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (FEPRAC), e das infrações e penalidades que o responsável por esses locais está sujeito.

A aprovação do projeto representa um avanço na gestão de áreas contaminadas e, ao mesmo tempo, traz demandas de adaptação para todos que atuam no setor de identificação e remediação dessas áreas, ou seja, do órgão ambiental, dos responsáveis legais e dos prestadores de serviços.

c) inauguração do primeiro laboratório público no país para análise de *dioxinas e furanos*, poluentes agressivos ao meio ambiente e à saúde, possibilitando um salto de qualidade na rede laboratorial da CETESB, causando um impacto significativo na gestão do conhecimento.

d) aproximação com os setores produtivos, fortalecimento da atuação das 15 Câmaras Ambientais, que desenvolvem um papel estratégico, como a elaboração de normas técnicas, procedimentos, eventos e treinamentos.

e) atendimento exemplar às emergências químicas em todo o estado, nas mais diversas atividades (armazenamento, descarte, indústria, manchas órfãs, postos e sistemas retalhistas de combustíveis, transporte ferroviário, transporte marítimo, transporte por duto e rodoviário).

f) aperfeiçoamento da rede de monitoramento da qualidade das águas interiores com a ampliação no número de pontos de monitoramento da rede de 360 para 408 pontos e da divulgação dos dados de monitoramento da qualidade das praias, que de maneira inovadora, iniciou a instalação de nove totens solares eletrônicos em substituição às bandeiras de sinalização da qualidade das praias do litoral paulista.

g) para fins específicos de reparos em vias públicas, que não implique em supressão de vegetação ou intervenção em Área de Preservação Permanente, visando a recuperação de estradas vicinais, a Resolução SMA 80/2009 restabeleceu os requisitos para o licenciamento ambiental da extração de cascalho.

3.11. Gabinete

Muitas ações executivas foram implementadas diretamente pelo Gabinete da SMA, auxiliando a consolidar o novo modelo de gestão ambiental. Destacam-se:

a) revitalização do Parque Villa-Lobos, que passou a receber investimentos significativos para a melhoria do atendimento ao público e modernização do parque. O objetivo é recuperar a área, sob os aspectos ambientais e paisagísticos.

Foram concluídas a construção da nova sede administrativa e da base da Polícia Militar, a reforma dos pisos permeáveis e da ciclovia e a aquisição de mais bebedouros. No plano paisagístico, foram plantadas 8.400 mudas em 2009, totalizando 37 mil árvores no parque.

Foi inaugurado o Circuito das Árvores, onde os visitantes têm o privilégio de andar no mesmo nível dos pássaros. A passarela elevada fica em uma área próxima às quadras de tênis, chega até cinco metros de altura, possibilitando a observação da fauna e da flora que normalmente não é vista. Importante destacar que o equipamento foi concebido visando à inclusão de cadeirantes.

Outra ação é a implantação do Ouvillas, um espaço no parque Villa Lobos onde os visitantes poderão sentar e relaxar em bancos e espreguiçadeiras ao som das obras de Heitor Villa-Lobos, compositor brasileiro que dá nome ao parque.

A novidade para os visitantes do parque para o primeiro setembro de 2010 será a inauguração do Orquidário Ruth Cardoso, que leva o nome da antropóloga como uma homenagem da SMA a uma das mais importantes intelectuais paulistanas. Com o espelho d'água no entorno, o Orquidário será a nova sede das oficinas de orquídeas, que ocorrem todos os meses no Parque, e oferecerá informações para os visitantes sobre os cuidados que devem ter com esta espécie.

b) ampliação do escopo do Projeto Pomar. Visando a recuperação ambiental e paisagística ao longo do rio Pinheiros, o projeto cresceu e mudou de nome, passando a se intitular “Pomar Urbano”. Em seu oitavo ano, a experiência já está consolidada, incluindo as 400 mil plantas que florescem às margens do rio, num exemplo de recuperação ambiental. Com a adesão de sete novos parceiros, somam 23 as empresas que apóiam a iniciativa da SMA. O projeto, conhecido mundialmente, foi lançado em parceria com o Jornal da Tarde ainda no governo de Mário Covas.

c) recuperação paisagística do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, localizado em Campinas, numa área de 110 hectares. O projeto paisagístico do parque foi desenvolvido pelo Escritório Burle Max e, dada a importância da obra para a cidade e o interesse ambiental do projeto, o parque foi tombado pelo Conselho de Patrimônio (CONDEPACC). O projeto de recuperação e revitalização da área verde conta com o investimento de R\$ 977 mil e tem previsão de entrega para o primeiro semestre de 2010.

d) O Fundo Estadual de Controle e Prevenção da Poluição - FECOP teve sua atuação remodelada com a nova gestão, tendo critérios ambientais para o repasse de recursos aos municípios. Entre 2008 e 2009 foram destinados 179 novos financiamentos aos municípios, no valor total de R\$ 31.264.320,00 como financiamento não-reembolsável, visando o combate a poluição, principalmente para o controle e manutenção adequada de aterros.

e) o Sistema de Meio Ambiente, junto da Prefeitura de São Paulo, com sua Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, ao lado de entidades civis, luta para ver cumprida a Resolução CONAMA 315/2002, que estabelece os limites de emissão dos poluentes atmosféricos para os veículos à diesel fabricados ou comercializados no País, a partir de 2009, prevendo um teor de enxofre no óleo diesel fixado em 50 ppms (partes por milhão).

f) estabelecimento, através da Resolução SMA 79/2009, das condições operacionais, limites de emissão, critérios de controle e monitoramento para disciplinar o processo de licenciamento do aproveitamento energético dos processos de tratamento térmico de resíduos sólidos, em Usina de Recuperação de Energia - URE, visando atender o critério de melhor tecnologia prática disponível, de modo a minimizar os impactos deletérios à saúde e ao meio ambiente.

g) na área de relações internacionais cabe destacar a assinatura do Termo de Cooperação Descentralizada em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o Projeto de Cooperação 2009-2010 "Por uma Construção Mutualizada e Solidária em Prol dos Espaços Naturais Sensíveis" em parceria com o governo da

Região Provence Alpes Côte d'Azur (PACA). A assinatura oficializa as ações realizadas em parceria na qual constam os temas de educação, pesquisa e transferência de tecnologia, capacitação profissional, intercâmbios culturais e meio ambiente e planejamento territorial.

h) instituição do Programa ECOatitude, a partir da publicação da Resolução SMA 07/2010. Todos os dirigentes das coordenadorias, dos institutos e dos órgãos vinculados à SMA serão responsáveis pela implementação das ações necessárias para a adequação dos ambientes, com economia de água e de energia, redução de resíduos e eficiência dos transportes.

i) o atendimento ao cidadão foi aprimorando com a ampliação dos serviços do Disque Ambiente e também da melhoria da Ouvidoria Ambiental, mais ágil e transparente. Com uma média mensal de quatro mil atendimentos, nesta gestão o Disque Ambiente já realizou mais de 83 mil atendimentos, sendo em sua maioria denúncias de fumaça preta (38%) e informações sobre outros órgãos ambientais (37%).

Para melhor atender aos pedidos e garantir o retorno aos questionamentos recebidos diariamente pela Ouvidoria Ambiental, foi editada a Resolução SMA 16/2008 que estipula prazos para as manifestações, proporcionando assim, maior agilidade no atendimento aos usuários dos serviços ambientais. Os cidadãos, em sua maioria, procuram este meio de comunicação para obter maiores informações e esclarecimentos desta Pasta (50% das manifestações). O e-mail é a forma de comunicação predominante, cerca de 94,4% dos cidadãos utilizam o correio eletrônico em busca deste canal à procura dos serviços prestados.

3.12. Assessoria de Comunicação

Visando a divulgação de informações e conteúdos ambientais, destaca-se:

a) lançada em 2008 a Campanha do Consumo Consciente de Palmito, alertando sobre os prejuízos da extração ilegal do palmito jussara, que provoca a morte da

palmeira, cuja espécie, além de garantir a biodiversidade da mata atlântica, está ameaçada de extinção. Paralelamente houve esforços da Polícia Ambiental na fiscalização do comércio ilegal.

b) Mutirão da Carona, com o objetivo de conscientizar a população das grandes cidades sobre a importância da carona, para a redução, em curto prazo, dos congestionamentos e das emissões de poluentes, foi realizado em 28 de maio de 2008 em parceria com diversas empresas, quando seus funcionários aderiram à carona e ao transporte solidário entre colegas de trabalho.

c) Mutirão do Lixo Eletrônico, buscando sensibilizar a população sobre os perigos da disposição irregular de eletrônicos após o uso, trazendo este tema para a agenda da sociedade. Aqueles que aderiram, em 30 de outubro de 2008 levaram seu lixo eletrônico ao posto mais próximo. Esta ação contou com a participação de 300 municípios e em apenas 100, foram recolhidos mais de 14 toneladas.

d) No Dia Mundial da Água, em 22 março de 2008, foi realizado o Mutirão “Água na Medida Certa”, visando conscientizar a população sobre os desperdícios na utilização inadequada dos recursos hídricos, como lavar calçadas, banhos demorados, vazamento de água.

e) reformulação do site da SMA, tornando seu uso mais fácil, ágil, objetivo e informativo. Acesse: www.ambiente.sp.gov.br. Foi o primeiro site do Governo do Estado de São Paulo para visualização em WAP, sendo possível, de qualquer lugar saber sobre a qualidade do ar e das águas. Em complemento ao novo site também foi criada a TV Ambiente, que disponibiliza vídeos, áudios e entrevistas sobre os principais temas da SMA. Para aumentar os canais de comunicação da Secretaria, foram criadas redes sociais no twitter (microblog), flickr (compartilhar fotos), youtube (compartilhar vídeos) e ning (rede de discussão). Todas essas ações facilitaram o acesso da população aos conteúdos produzidos pelo Sistema de Meio Ambiente.

3.13. Polícia Militar Ambiental

Exemplo na fiscalização ambiental do Brasil, o trabalho da Polícia Militar Ambiental vem aumentando significativamente, como a média de apreensão de 30 mil animais silvestres, 294.000 metros de redes e a elaboração de mais de 80 mil boletins de ocorrência, garantindo prevenção por meio da sua presença ostensiva e coibindo o cometimento de infrações administrativas e crimes ambientais.

Esse aumento de sua presença ostensiva pode ser interpretado como um dos importantes fatores para a efetivação das políticas de proteção ao meio ambiente implantadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

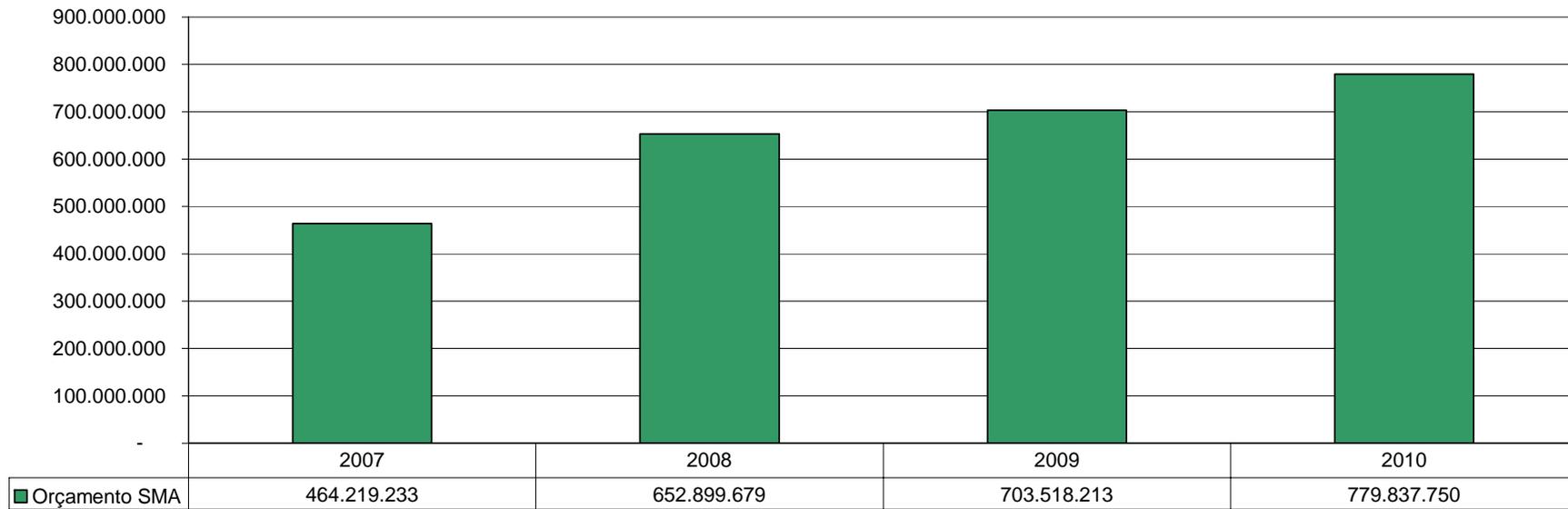
Cabe também destacar as ações de inteligência para o fortalecimento do trabalho realizado pela Polícia Militar Ambiental. Um sistema experimental lançado foi lançado com o objetivo de fazer o monitoramento das viaturas com o uso de satélites baixa órbita na Serra da Cantareira. A ferramenta, que funciona desde dezembro de 2009, garante agilidade no atendimento de ocorrências dentro da mata fechada, permitindo que as viaturas sejam localizadas em tempo real e sem ausência de sinais, independentemente do local em que estejam as viaturas. Da sala central o comando pode verificar o deslocamento de todos os carros no mapa eletrônico o que amplia a capacidade de atendimento à população, comando sobre o efetivo em operação, bem como eficiência nas ações de polícia.

Neste ano R\$ 4 milhões serão investidos para aprimorar a capacidade operacional da Polícia Militar Ambiental.

4. Evolução Orçamentária

A importância dada pelo governo do Estado de São Paulo ao Sistema de Meio Ambiente pode ser atestada através de sua evolução orçamentária. O acréscimo orçamentário ocorrido em 2010, quando comparado com 2007, representa uma expansão de 68%.

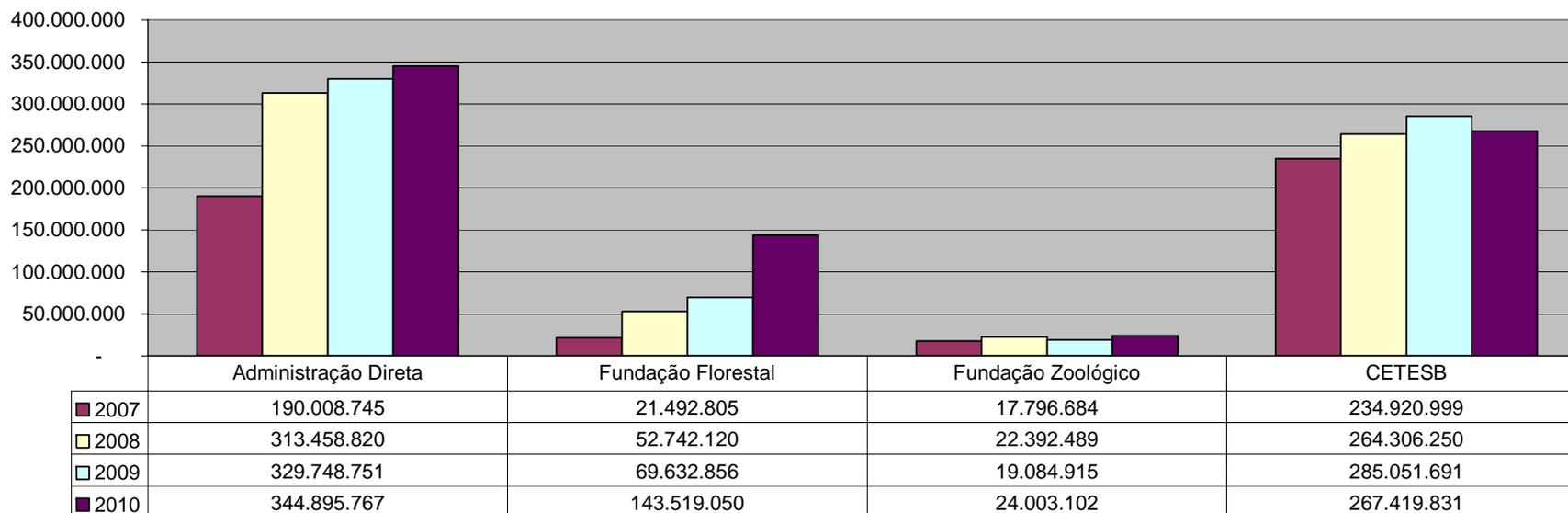
Evolução do Orçamento SMA



Fonte: Grupo de Planejamento Setorial

A evolução do orçamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente, separado em Administração Direta e Indireta é apresentada a seguir:

Evolução do Orçamento SMA



Fonte: Grupo de Planejamento Setorial

5. Política Estadual de Mudanças Climáticas

O Governo do Estado de São Paulo aprovou a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), estabelecida na Lei Estadual nº 13.798/09, com o objetivo de firmar o compromisso do Estado frente ao desafio das mudanças climáticas globais, contribuindo para reduzir a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera.

O Estado passa a ter como meta para 2020 a redução global de 20% (vinte por cento) das emissões de dióxido de carbono (CO₂), tendo como base as emissões verificadas em 2005. Trata-se de uma meta real, determinada em lei, negociada com os diversos setores da sociedade e com os representantes eleitos do povo paulista. Isto significará que 24 milhões de toneladas de CO₂ deixarão de ser emitidas em 2020.

Isso demonstra a importância dos governos regionais na proposição e execução de ações visando o combate às mudanças climáticas. O pioneirismo do Governo do Estado de São Paulo serviu de exemplo para outros estados, ou mesmo para o país. A ação propositiva de São Paulo impulsionou o Brasil a avançar na sua proposta, assemelhando-se ao papel da Califórnia (EUA), que também se destaca na proposição de políticas regionais de combate às mudanças climáticas.

As mudanças climáticas demandam transformações na atuação do Estado, exigindo um ativismo estatal. As ações do Governo, fomentadas pela SMA, demonstram que é possível conciliar a agenda ambiental com a do desenvolvimento. Trata-se de fomentar uma nova Economia Verde.

Diversas ações estão em andamento visando o combate às mudanças climáticas. Enquanto no resto do país as emissões têm origem principalmente no desmatamento, no território paulista sua fonte principal reside no uso de energia, responsável por 58% das emissões estimadas em 2005. Dessas emissões, estima-

se que 29% se originam no setor de transporte, sendo a preocupação central do programa ambiental.

São Paulo é uma referência mundial em energias renováveis, especialmente por conta do etanol da cana-de-açúcar e da hidroeletricidade. De acordo com o Balanço Energético da Secretaria de Saneamento e Energia, de 2007, a matriz energética renovável do Estado de São Paulo representa 52,35% do total. Os trabalhos do governo vão no sentido de consolidar as fontes renováveis.

Instrumentos financeiros para fomento à economia verde, em parceria com a Nossa Caixa Desenvolvimento, começam a chegar ao mercado. O programa de crédito a Economia Verde é da ordem de R\$ 600 milhões, destinado a empresas de pequeno e médio porte, setor importante no desenvolvimento da economia paulista. A Nossa Caixa Desenvolvimento é o agente financiador e a Secretaria do Meio Ambiente/CETESB, o agente técnico.

Com juros reduzidos de 6% ao ano, com carência de 12 meses e um prazo de 60 meses para pagamento, o programa de financiamento é focado em projetos privados que reduzam emissões de gases de efeito estufa.

A lei paulista de mudanças climáticas compromissou o governo e orienta a sociedade, setor a setor, sobre as formas de abrandar o lançamento de gases de efeito estufa. Traça linhas claras e objetivas de enfrentamento do problema e estabelece um calendário para seu cumprimento.

A regulamentação da PEMC, instituída pelo Decreto nº 55.947/2010, compôs um Comitê Gestor, sob a coordenação da Casa Civil, com o objetivo de acompanhar a elaboração e a implementação dos planos e programas instituídos pelo decreto; constituiu o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, tripartite, de caráter consultivo; definiu critérios para a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica e do Zoneamento Ecológico-Econômico; instituiu Planos e Programas, além do Plano Estadual de Transportes já instituído pela Lei com critérios legais e prazos definidos: Plano Estadual de Inovação Tecnológica e Clima; Programa Estadual de Construção Civil Sustentável; Plano Estadual de Energia; Plano Estratégico para Ações Emergenciais e Mapeamento das Áreas de

Risco; Programa Educação Ambiental sobre Mudanças Climáticas; e o Programas de Incentivo Econômico a Prevenção e Adaptação as Mudanças Climáticas. Cabe destacar a instituição do Programa de Crédito à Economia Verde, com o objetivo de oferecer linhas de crédito aos entes privados para implementação de ações que visem à redução da emissão de gases de efeito estufa.

O decreto também fixou as diretrizes do Programa de Remanescentes Florestais e determinou os mecanismos e critérios para realização do Pagamento por Serviços Ambientais a projetos de proprietários rurais, com o objetivo de incentivar a preservação e recuperação de florestas nativas por meio de um pagamento a proprietários rurais conservacionistas.

A SMA, pela Resolução SMA 61/10, definiu o primeiro Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais na modalidade Proteção de Nascentes - Projeto Mina D'água, com os critérios, atividades e forma de valores a serem pagos. Ao total serão destinados neste ano R\$ 3,5 milhões visando o pagamento de PSA para proprietários rurais conservacionistas. Cada proprietário rural deverá receber entre R\$ 75,00 a R\$ 300,00 por nascente/ano, valor que varia de acordo com a condição de preservação da nascente.

Atualmente está em fase de elaboração a Comunicação Estadual, coordenada pela CETESB, composta pelo Inventário de Emissões, Mapa de vulnerabilidade e Planos de Ação Específicos, devendo ser finalizado até novembro de 2010, prazo determinado em lei. De acordo com o Decreto, após a elaboração do Inventário de Emissões, as metas setoriais e intermediárias deverão ser estabelecidas até abril de 2011 pelo Comitê Gestor e deverão ser apresentadas ao Conselho Estadual de Mudanças Climáticas e disponibilizadas para consulta pública.

6. Nota de Avaliação dos 21 Projetos Ambientais Estratégicos

Os “produtos” entregues em cada dos 21 Projetos Ambientais Estratégicos foram avaliados pela assessoria de gestão estratégica, resultando em uma Nota de Avaliação que varia de zero a 10.

Foram avaliados os critérios de cumprimento das metas, das ações realizadas, da integração das diferentes áreas e dos resultados obtidos. A nota de cada critério varia de zero a 2,5.

A seguir é apresentada a avaliação comparativa dos 21 Projetos Ambientais Estratégicos.

	Projeto Ambiental Estratégico	Cumprimento das Metas	Ações realizadas	Integração	Apresentação de Resultados	Nota de Avaliação	Situação
1	Aquíferos	1,50	2,00	2,50	1,25	7,25	😊
2	Cenários Ambientais 2020	2,00	2,00	2,00	1,75	7,75	😊
3	Cobrança pelo Uso da Água	2,00	2,00	2,00	1,50	7,50	😊
4	Criança Ecológica	2,25	2,00	2,00	2,00	8,25	😊
5	Desmatamento Zero	2,00	2,50	2,00	2,50	9,00	😊
6	Ecoturismo	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	😊
7	Esgoto Tratado	1,50	2,00	2,00	1,25	6,75	😊
8	Etanol Verde	2,00	2,50	2,50	2,00	9,00	😊
9	Fauna Silvestre	1,50	1,50	2,00	1,00	6,00	😞
10	Gestão de Unidades de Conservação	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	😊
11	Licenciamento Unificado	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	😊
12	Lixo Mínimo	2,00	2,25	2,50	2,00	8,75	😊
13	Mananciais	2,00	1,50	2,00	2,00	7,50	😊
14	Mata Ciliar	2,00	2,00	2,00	1,50	7,50	😊
15	Município Verde	2,25	2,25	2,25	2,25	9,00	😊
16	Onda Limpa	1,50	1,50	1,50	1,50	6,00	😞
17	Pesquisa Ambiental	2,00	2,00	2,50	2,00	8,50	😊
18	Reforma Administrativa	2,00	2,00	2,00	2,00	8,00	😊
19	Respira São Paulo	2,25	2,00	2,00	2,00	8,25	😊
20	São Paulo Amigo da Amazônia	2,00	2,00	2,25	2,00	8,25	😊
21	Serra do Mar	2,00	1,75	2,25	1,75	7,75	😊

7. Conclusão

O modelo de gestão implantado na Secretaria Estadual de Meio Ambiente tem propiciado avanços importantes no controle da poluição e na recuperação ambiental de São Paulo. Primeiramente, devido ao estabelecimento de um gerenciamento por projetos estratégicos, com a definição de objetivos claros e metas aferíveis. Segundo, buscando a integração das diferentes áreas e órgãos do Sistema de Meio Ambiente. Em terceiro, e mais importante, fixando o trabalho na busca de resultados efetivos.

O fundamento dessa nova etapa do trabalho de defesa ambiental paulista, que poderia se denominar o “ambientalismo em ação”, reside na instância da decisão política. Desde o início, o então governador José Serra decidiu colocar a política ambiental no centro das decisões de seu governo, retirando-lhe o caráter periférico do passado. Com isso, a agenda ambiental se valorizou, contando com a adesão da sociedade, cada vez mais interessada nas questões da ecologia, principalmente após a divulgação dos recentes relatórios do IPCC, sobre o aquecimento global.

Nada será fácil, nem rápido. Mas a consolidação de uma gestão ambiental eficiente em São Paulo, somando a busca de resultados com o discurso histórico, abre caminho para olhar o futuro com esperança. Meio ambiente pode trazer, sim, notícias positivas. Não para os governos. Mas para a sociedade.